TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 12
1ªSECAM - Pautas 12
1ªSECAM - Atas 12
1ªSECAM - Acórdãos 12
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 12
2ªSECAM - Pautas 12
2ªSECAM - Atas 12
2ªSECAM - Acórdãos 12
ATOS DE RELATORIA 12
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 12
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 13
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 13
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 14
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 17
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 17
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 18
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 19
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 20
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 21
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 21
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 21
Conselheira Substituta MURYEL HEY 21
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 22
CORREGEDORIA-GERAL 22
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 22
OUVIDORIA DE CONTAS 22
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 22
ATOS DIVERSOS 23
Resenhas de Distribuição 23
Editais 24
Despachos 24
Informações 27
Atos de Alerta Municipais 27
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 27
ATOS NORMATIVOS 27
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 27
GP - Despachos 27
GP - Termo de Ajuste de Gestão 28
GP - Portarias 28
LICITAÇÕES E CONTRATOS 29
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 30
Tribunal Pleno 30
Primeira Câmara 30
Segunda Câmara 30
Corregedoria-Geral 30
Ministério Público de Contas 30
Conselheiros – Diretores de Gabinete 30
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 30
Inspetorias de Controle Externo 30
Administrativo 30

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-562408/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2820/25 - Tribunal Pleno
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Brasilândia do Sul. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Brasilândia do Sul, no período de 10/03/2025 a 29/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.
No decorrer da fiscalização foram identificados 5 (cinco) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 1 - O projeto do PPA 2026-2029 não possui diretrizes definidas.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de diretrizes que expressem as prioridades políticas do governo e guiem a formulação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item I, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 102, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Brasilândia do Sul, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CNPJ 95.640.520/0001-75, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE- PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, no Plano Plurianual 2026-2029, diretrizes que orientem as principais linhas de ação do governo para o quadriênio e o desenvolvimento dos objetivos e ações dos programas finalísticos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
ALEX ANTONIO CAVALCANTE CPF ***.600.***-**	ERICA MASSARANDUBA DA SILVA CPF ***.013.***-**

ACHADO 2 - Os programas finalísticos propostos no PPA 2026-202G não possuem objetivos definidos.
Recomendação 2.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de objetivos claros que orientem o que se pretende alcançar por meio de cada programa finalístico previsto no Plano Plurianual, contribuindo de forma efetiva para a resolução dos problemas públicos identificados pela gestão (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item II, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 102, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Brasilândia do Sul, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CNPJ 95.640.520/0001-75, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer os objetivos dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 indicando de forma clara e objetiva qual a sua finalidade (o que se pretende fazer), como será alcançada (por qual meio) e para qual parcela da população (para quem), bem como evitar a utilização de termos genéricos e vagos, de modo que os objetivos gerais e específicos sejam facilmente identificados.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
ALEX ANTONIO CAVALCANTE CPF ***.600.***-**	ERICA MASSARANDUBA DA SILVA CPF ***.013.***-**

ACHADO 3 - Os programas finalísticos propostos no PPA 2026-2029 não possuem indicadores de resultados.
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de estabelecer uma estrutura suficiente de indicadores de resultados com atributos mínimos como mensurabilidade, comparabilidade, temporalidade, clareza e relevância, de modo a permitir o monitoramento do desempenho dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual e possibilitar a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item III, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 102, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Brasilândia do Sul, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CNPJ 95.640.520/0001-75, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, nos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029, indicadores suficientes para monitorar e mensurar os resultados esperados para os respectivos programas, contendo atributos mínimos necessários, como: mensurabilidade (descrição como taxa, número, proporção, razão, percentual ou índice, a fim de possibilitar a quantificação do indicador); comparabilidade (com vistas a permitir a comparação dos resultados do indicador ao longo do quadriênio); temporalidade (de maneira a viabilizar a aferição anual dos resultados do indicador); clareza (de fácil entendimento acerca do que será mensurado); e relevância (de forma que o indicador esteja diretamente relacionado aos objetivos do programa).
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
ALEX ANTONIO CAVALCANTE CPF ***.600.***-**	ERICA MASSARANDUBA DA SILVA CPF ***.013.***-**

ACHADO 4 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Saúde previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (capítulo 1), do Ministério da Saúde; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CNPJ 95.640.520/0001-75, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Saúde previstos no Plano Plurianual 2026-202G com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Saúde 2026-202G.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
ALEX ANTONIO CAVALCANTE CPF ***.600.***-**	ERICA MASSARANDUBA DA SILVA CPF ***.013.***-**

ACHADO 5 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.
Recomendação 5.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da Assistência Social 201c-202c (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, CNPJ 95.640.520/0001-75, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
ALEX ANTONIO CAVALCANTE CPF ***.600.***-**	ERICA MASSARANDUBA DA SILVA CPF ***.013.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Brasilândia do Sul poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente na previsão de diretrizes e objetivos e na definição de indicadores de resultados, bem como na articulação dos programas relacionados às áreas de Saúde e Assistência Social com os respectivos Planos Municipais Setoriais elaborados para o quadriênio.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1034/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3806/2025 (peça 6).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2800 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Brasilândia do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2800 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Brasilândia do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,

GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-562416/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2821/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Medianeira. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Medianeira, no período de 10/03/2025 a 29/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, após comentários do gestor da entidade, ao final remanesceram 2 (dois) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 2 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.	
Recomendação 2.1	
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza, especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 136, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Medianeira, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, CNPJ 76.206.481/0001-58, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos respectivos objetivos específicos.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeito Municipal	Controlador Interno
ANTONIO FRANCA BENJAMIM CPF ***.522.***-**	AGUINALDO BODANESE CPF ***.620.***-**

ACHADO 3 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.	
Recomendação 3.1	
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da Assistência Social 2016-2026 (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, o art. 136, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Medianeira e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, CNPJ 76.206.481/0001-58, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeito Municipal	Controlador Interno
ANTONIO FRANCA BENJAMIM CPF ***.522.***-**	AGUINALDO BODANESE CPF ***.620.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Medianeira poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente nas ações estabelecidas para o cumprimento de seus objetivos e na articulação dos programas relacionados à área de Assistência Social com o Plano Municipal de Assistência Social elaborado para o mesmo quadriênio.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1033/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3805/2025 (peça 6).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1590 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Medianeira, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1590 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Medianeira, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-562424/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2822/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Paula Freitas. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Paula Freitas, no período de 10/03/2025 a 29/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.
No decorrer da fiscalização foram identificados 7 (sete) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos

seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 1 - O projeto do PPA 2026-2029 não possui diretrizes definidas.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de diretrizes que expressem as prioridades políticas do governo e guiem a formulação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item I, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 103, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, no Plano Plurianual 2026-2029, diretrizes que orientem as principais linhas de ação do governo para o quadriênio e o desenvolvimento dos objetivos e ações dos programas finalísticos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 2 - Os objetivos propostos nos programas finalísticos do PPA 2026-2029 não são claros e/ou não expressam o que se pretende alcançar.
Recomendação 2.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de objetivos claros que orientem o que se pretende alcançar por meio de cada programa finalístico previsto no Plano Plurianual, contribuindo de forma efetiva para a resolução dos problemas públicos identificados pela gestão (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item II, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 103, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer os objetivos dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 indicando de forma clara e objetiva qual a sua finalidade (o que se pretende fazer), como será alcançada (por qual meio) e para qual parcela da população (para quem), bem como evitar a utilização de termos genéricos e vagos, de modo que os objetivos gerais e específicos sejam facilmente identificados.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 3 - Os programas finalísticos propostos no PPA 2026-2029 não possuem indicadores de resultados.
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de estabelecer uma estrutura suficiente de indicadores de resultados com atributos mínimos como mensurabilidade, comparabilidade, temporalidade, clareza e relevância, de modo a permitir o monitoramento do desempenho dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual e possibilitar a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item III, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 103, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, nos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029, indicadores suficientes para monitorar e mensurar os resultados esperados para os respectivos programas, contendo atributos mínimos necessários, como: mensurabilidade (descrição como taxa, número, proporção, razão, percentual ou índice, a fim de possibilitar a quantificação do indicador); comparabilidade (com vistas a permitir a comparação dos resultados do indicador ao longo do quadriênio); temporalidade (de maneira a viabilizar a aferição anual dos resultados do indicador); clareza (de fácil entendimento acerca do que será mensurado); e relevância (de forma que o indicador esteja diretamente relacionado aos objetivos do programa).
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 4 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza, especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 103, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos respectivos objetivos específicos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 5 - As metas físicas previstas nas ações dos programas finalísticos não permitem sua avaliação periódica.
Recomendação 5.1
Considerando a necessidade de estabelecer, para cada ano do quadriênio, metas físicas relativas a cada ação prevista nos programas finalísticos do Plano Plurianual, a fim de permitir o acompanhamento periódico dos resultados alcançados (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 103, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Desdobrar anualmente ao longo do quadriênio as metas físicas previstas nas ações dos programas finalísticos do Plano Plurianual 2026-2029, de modo a permitir sua avaliação periódica.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 6 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.
Recomendação 6.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Saúde previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (capítulo 1), do Ministério da Saúde; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, o art. 104 da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas, e o art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Saúde previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Saúde 2026-2029.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

ACHADO 7 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.
Recomendação 7.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenalda Assistência Social 2016-2026 (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, o art. 104 da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, CNPJ 75.687.954/0001-13, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
SEBASTIAO ALGACIR DALPRA CPF ***.883.***-**	LETICIA LESOSKI CPF ***.504.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Paula Freitas poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente no estabelecimento de diretrizes, objetivos, ações e metas físicas, na definição de indicadores de resultados, bem como na articulação dos programas relacionados às áreas de Saúde e Assistência Social com os respectivos Planos Municipais Setoriais elaborados para o quadriênio. Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta

Presidência, conforme Despacho n.º 1032/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3801/2025 (peça 6).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2801 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Paula Freitas, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2801 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Paula Freitas, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-562440/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2823/25 - TRIBUNAL PLENO
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Ponta Grossa. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Ponta Grossa, no período de 10/03/2025 a 29/08/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.
No decorrer da fiscalização foram identificados 5 (cinco) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 1 - O projeto do PPA 2026-2029 não possui diretrizes definidas.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de diretrizes que expressem as prioridades políticas do governo e guiem a formulação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item I, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 111, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 76.175.884/0001-87, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, no Plano Plurianual 2026-2029, diretrizes que orientem as principais linhas de ação do governo para o quadriênio e o desenvolvimento dos objetivos e ações dos programas finalísticos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT CPF ***.285.***-**	JULIANO JARONSKI CPF ***.981.***-**

ACHADO 2 - Os objetivos propostos nos programas finalísticos do PPA 2026-2029 não são claros e/ou não expressam o que se pretende alcançar.
Recomendação 2.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de objetivos claros que orientem o que se pretende alcançar por meio de cada programa finalístico previsto no Plano Plurianual, contribuindo de forma efetiva para a resolução dos problemas públicos identificados pela gestão (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item II, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o mart. 111, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 76.175.884/0001-87, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer os objetivos dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 indicando de forma clara e objetiva qual a sua finalidade (o que se pretende fazer), como será alcançada (por qual meio) e para qual parcela da população (para quem), bem como evitar a utilização de termos genéricos e vagos, de modo que os objetivos gerais e específicos sejam facilmente identificados.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT CPF ***.285.***-**	JULIANO JARONSKI CPF ***.981.***-**

ACHADO 3 - Os indicadores propostos no PPA 2026-2029 não medem objetivamente o alcance dos respectivos objetivos planejados.
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de estabelecer uma estrutura suficiente de indicadores de resultados com atributos mínimos como mensurabilidade, comparabilidade, temporalidade, clareza e relevância, de modo a permitir o monitoramento do desempenho dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual e possibilitar a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item III, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 111, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 76.175.884/0001-87, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer, nos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029, indicadores suficientes para monitorar e mensurar os resultados esperados para os respectivos programas, contendo atributos mínimos necessários, como: mensurabilidade (descrição como taxa, número, proporção, razão, percentual ou índice, a fim de possibilitar a quantificação do indicador); comparabilidade (com vistas a permitir a comparação dos resultados do indicador ao longo do quadriênio); temporalidade (de maneira a viabilizar a aferição anual dos resultados do indicador); clareza (de fácil entendimento acerca do que será mensurado); e relevância (de forma que o indicador esteja diretamente relacionado aos objetivos do programa).
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT CPF ***.285.***-**	JULIANO JARONSKI CPF ***.981.***-**

ACHADO 4 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza, especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 111, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Ponta Grossa, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 76.175.884/0001-87, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos

respectivos objetivos específicos.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT CPF ***.285.***-**	JULIANO JARONSKI CPF ***.981.***-**
ACHADO 5 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.	
Recomendação 5.1	
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da Assistência Social 201c-202c (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, CNPJ 76.175.884/0001-87, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeita Municipal	Controlador Interno
ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT CPF ***.285.***-**	JULIANO JARONSKI CPF ***.981.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Ponta Grossa poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente no estabelecimento de diretrizes, objetivos e ações, na definição dos indicadores de resultados, bem como na articulação dos programas relacionados à área de Assistência Social com o Plano Municipal de Assistência Social elaborado para o mesmo quadriênio.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1031/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3800/2025 (peça 6).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1665 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Ponta Grossa, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

II – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1665 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Ponta Grossa, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III - autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-566470/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2824/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria de Obras Públicas. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Área de Educação. Município de Corumbataí do Sul. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Obras Públicas em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Corumbataí do Sul, no período de maio a agosto de 2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar a eficácia da gestão da manutenção e da conservação das unidades escolares municipais de forma a identificar as fragilidades relevantes quanto aos aspectos do planejamento, estrutura organizacional, execução e equidade, visando contribuir com o aprimoramento da Administração Municipal responsável por prover espaços adequados e de qualidade para um melhor aprendizado por parte dos alunos.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, após comentários do gestor da entidade, ao final remanesceram 2 (dois) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INADEQUADA PARA UMA GESTÃO EFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES
Recomendação 2
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho do desenvolvimento da estrutura organizacional de forma a possibilitar empreender os recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis da melhor forma possível para a execução da gestão de manutenção e conservação das edificações, considerando a Constituição Federal, Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal – ENAP, Modelo para gestão de manutenção predial em Universidades Públicas: Caso das IFES Mineiras – Franciele Ferreira, 2017, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Adequar a estrutura organizacional para uma gestão eficaz (unidade administrativa formalizada, responsável com atribuições e responsabilidades, fluxos de comunicação para demandas e reclamações, estudo para estimativa de recursos necessários, registros das atividades) da manutenção e conservação das edificações escolares. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (atos administrativos, procedimentos estabelecidos, estudos técnicos para contratação ou terceirização de mão-de-obra, estudos técnicos para estimativa de recursos orçamentários), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.

ACHADO 03 - EXECUÇÃO INEFICAZ DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS		
Recomendação 3		
Com vistas à oportunidade de melhoria de desempenho nos procedimentos de controle para a realização e fiscalização dos serviços de manutenção e conservação, atentando-se para os aspectos de segurança, habitabilidade e acessibilidade das edificações, considerando as normas técnicas da ABNT, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Caderno de Orientações para Preservação dos Prédios Escolares, Governo do Estado do Paraná, SEED/ SUDE/ DED, 2009, Manual de Obras Públicas – Edificações – SEAP, entre outras fontes, que estabelecem boas práticas administrativas para a gestão pública, recomenda-se ao ente jurisdicionado, com fundamento no art. 267-A, §2º., do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que adote, no prazo de 6 (seis) meses, contados nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a seguinte providência: Melhorar a eficácia da manutenção e conservação (aferir condições, controlar as atividades realizadas e providenciar correções necessárias) das edificações escolares municipais. O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos dos arts. 175-M, XI, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante documentação comprobatória (correção das eventuais condições precárias ou avaliação pelo Controle Interno da correção), sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito, podendo este Tribunal requisitar o auxílio do Controle Interno a fim de verificar a implementação da medida indicada.		
Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controle Interno
CORUMBATAÍ DO SUL	Alexandre Donato, CPF 815.523.199-20	Osmar João Pereira, CPF 581.685.599-91

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Obras Públicas apontou, de uma forma geral, que o Município de Corumbataí do Sul poderia adotar uma gestão e um planejamento mais eficaz para garantir bons resultados na manutenção e conservação de suas escolas.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1066/2025 (peça 6), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 3916/2025 (peça 7).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Obras Públicas, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão da educação da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1362 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Corumbataí do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Obras Públicas no Relatório de Auditoria n° 459/1362 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Corumbataí do Sul, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
__2__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-586510/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2825/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Guarapuava. Recomendações. Homologação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 3) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Guarapuava, no período de 10/03/2025 a 10/09/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.

A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.

No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.

Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 1 - Os programas finalísticos propostos no PPA 2026-2029 não possuem indicadores de resultados.	
Recomendação 1.1	
Considerando a necessidade de estabelecer uma estrutura suficiente de indicadores de resultados com atributos mínimos como mensurabilidade, comparabilidade, temporalidade, clareza e relevância, de modo a permitir o monitoramento do desempenho dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual e possibilitar a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item III, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, CNPJ 76.178.037/0001-76, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Incluir, nos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029, indicadores suficientes para monitorar e mensurar os resultados esperados para os respectivos programas, contendo atributos mínimos necessários, como: mensurabilidade (descrição como taxa, número, proporção, razão, percentual ou índice, a fim de possibilitar a quantificação do indicador); comparabilidade (com vistas a permitir a comparação dos resultados do indicador ao longo do quadriênio); temporalidade (de maneira a viabilizar a aferição anual dos resultados do indicador); clareza (de fácil entendimento acerca do que será mensurado); e relevância (de forma que o indicador esteja diretamente relacionado aos objetivos do programa).	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeito Municipal	Controladora Interna
DENILSON BAITALA CPF ***.049.***-**	LIANE MARIA MENDES CPF ***.196.***-**

ACHADO 2 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.	
Recomendação 2.1	
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza, especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 100, § 1º, I, da Lei Orgânica do Município de Guarapuava, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, CNPJ 76.178.037/0001-76, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos respectivos objetivos específicos.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeito Municipal	Controladora Interna
DENILSON BAITALA CPF ***.049.***-**	LIANE MARIA MENDES CPF ***.196.***-**

ACHADO 3 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.	
Recomendação 3.1	
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Saúde previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (capítulo 1), do Ministério da Saúde; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 30 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, CNPJ 76.178.037/0001-76, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:	
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Saúde previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Saúde 2026-2029.	
Responsáveis pela implementação da recomendação:	
Prefeito Municipal	Controladora Interna
DENILSON BAITALA CPF ***.049.***-**	LIANE MARIA MENDES CPF ***.196.***-**

ACHADO 4 - Os programas propostos no PPA 2026-2029 não estão articulados com o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da

Assistência Social 201c-202c (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, CNPJ 76.178.037/0001-76, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
DENILSON BAITALA CPF ***.049.***-**	LIANE MARIA MENDES CPF ***.196.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Guarapuava poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente nas ações estabelecidas para o cumprimento de seus objetivos e na previsão dos indicadores de resultados, bem como na articulação dos programas relacionados às áreas de Saúde e Assistência Social com os respectivos Planos Municipais Setoriais elaborados para o quadriênio.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1092/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 4040/2025 (peça 6).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1664 (peça n° 3) e compiladas no quadro de peça n° 4.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Guarapuava, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/1664 (peça n° 3) e compiladas no quadro de peça n° 4;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Guarapuava, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas: [...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-586544/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAPANEMA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CAPANEMA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2826/25 - TRIBUNAL PLENO

Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029. Município de Capanema. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 3) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Capanema, no período de 10/03/2025 a 10/09/2025, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o processo de elaboração dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029.
No decorrer da fiscalização foram identificados 4 (quatro) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade, visando o aprimoramento dos seus processos e estrutura de trabalho.
Como resultado dos trabalhos, ao final remanesceram 3 (três) achados e sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

ACHADO 1 - Os objetivos propostos nos programas finalísticos do PPA 2026-2029 não são claros e/ou não expressam o que se pretende alcançar.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade do estabelecimento de objetivos claros que orientem o que se pretende alcançar por meio de cada programa finalístico previsto no Plano Plurianual, contribuindo de forma efetiva para a resolução dos problemas públicos identificados pela gestão (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item II, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná (capítulo 4); e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 154, da Lei Orgânica do Município de Capanema, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE CAPANEMA, CNPJ 75.972.760/0001-60, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer os objetivos dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 indicando de forma clara e objetiva qual a sua finalidade (o que se pretende fazer), como será alcançada (por qual meio) e para qual parcela da população (para quem), bem como evitar a utilização de termos genéricos e vagos, de modo que os objetivos gerais e específicos sejam facilmente identificados.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
NEIVOR KESSLER CPF ***.528.***-**	JEANDRA WILMSEN CPF ***.991.***-**

ACHADO 3 - As ações previstas para os programas finalísticos do PPA são insuficientes e/ou não possuem correlação com os respectivos objetivos.
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de estruturar no Plano Plurianual um conjunto de ações compatíveis com os objetivos dos respectivos programas, dotadas de atributos mínimos como clareza, especificidade, coerência, viabilidade, mensurabilidade e temporalidade (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item IV, do Relatório Final da fiscalização), conforme orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulos 2, 3 e 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 3), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 do Estado do Paraná; e considerando o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 154, da Lei Orgânica do Município de Capanema, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE CAPANEMA, CNPJ 75.972.760/0001-60, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Estabelecer cada ação dos programas finalísticos previstos no Plano Plurianual 2026-2029 de modo específico (indicando o que será feito); individualizado (para cada ação, uma única atividade a ser executada); mensurável (passível de ser desdobrada em metas físicas); e vinculado ao cumprimento de cada um dos respectivos objetivos específicos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
NEIVOR KESSLER CPF ***.528.***-**	JEANDRA WILMSEN CPF ***.991.***-**

ACHADO 4 - O Município não elaborou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 de forma concomitante ao PPA.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de articular os programas finalísticos da área da Assistência Social previstos no Plano Plurianual com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, de modo a garantir a compatibilidade e a unidade da execução dessa política pública (ver Apêndice 1, parágrafo 10, item V, do Relatório Final da fiscalização), conforme as orientações constantes no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (capítulo 4) e no Guia de Elaboração do Plano Plurianual para Municípios 2025 (capítulo 2), ambos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal, bem como as disposições do II Plano Decenal da Assistência Social 201c-202c (capítulo 6), da Secretaria Nacional de Assistência Social; e considerando o art. 165, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e o art. 19 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE CAPANEMA, CNPJ 75.972.760/0001-60, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Articular os programas finalísticos relacionados à área de Assistência Social previstos no Plano Plurianual 2026-2029 com as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
NEIVOR KESSLER CPF ***.528.***-**	JEANDRA WILMSEN CPF ***.991.***-**

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Capanema poderia implementar melhorias na estruturação dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029, notadamente na definição dos objetivos e ações e na articulação dos programas relacionados à área de Assistência Social com

o Plano Municipal de Assistência Social elaborado para o mesmo quadriênio.
Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1093/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 4038/2025 (peça 6).
É o relatório.
2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento dos programas finalísticos previstos no PPA 2026-2029 da entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.
VOTO
3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2799 (peça n° 3) e compiladas no quadro de peça n° 4.
Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Capanema, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.
Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.
Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.
Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 479/2799 (peça n° 3) e compiladas no quadro de peça n° 4;
II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Capanema, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;
III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
2. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-587117/25
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 2827/25 - TRIBUNAL PLENO
Homologação de Recomendações propostas pela Coordenadoria De Auditorias. Plano Anual de Fiscalização 2024-2025. Auditoria de Mobilidade Urbana. Município de Araucária. Recomendações. Homologação.
RELATÓRIO
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça 4) encaminhado pela Coordenadoria de Auditorias em decorrência de fiscalização, realizada no Município de Araucária, no período de 24/04/25 a 04/08/25, no âmbito do Plano de Fiscalização de 2024-2025 deste Tribunal.
A finalidade da auditoria foi a de avaliar o planejamento e gestão municipal da política de mobilidade urbana, com foco nos modos ativos de transporte.
No decorrer da fiscalização foram identificados 9 (nove) achados, os quais se encontram descritos detalhadamente no relatório, tendo a equipe de fiscalização, então, proposto diversas recomendações à entidade.
Como resultado dos trabalhos, ao final foram sugeridas as seguintes recomendações ao referido município:

Achado 1 - A infraestrutura viária apresenta deficiências em termos de acessibilidade e não oferece condições adequadas para deslocamentos a pé e por bicicleta.
Recomendação 1.1
Considerando a necessidade de priorizar modos ativos de transporte e de prover espaços públicos acessíveis a todos, especialmente em locais de maior atratividade de pedestres e no entorno de equipamentos públicos, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a NBR 9050 e orientações do Guia de Entornos Escolares Seguros, do Guia de Medidas de Moderação de Tráfego, do Caderno Técnico de Referência: Mobilidade a pé e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Adequar a infraestrutura de circulação e travessias de pedestres aos padrões municipais e aos parâmetros de acessibilidade universal da NBR 9050, com foco nos locais prioritários definidos nos instrumentos de planejamento (como Plano de Rotas Acessíveis, PlanMob, Plano Diretor e outros), de forma eficaz e orientada ao cumprimento das metas previstas nesses planos.
Recomendação 1.2
Considerando a necessidade de priorizar modos ativos de transporte e de prover uma infraestrutura cicloviária com capacidade de atrair usuários e garantir sua segurança, conforme orientações do Caderno Técnico de Referência: Mobilidade por bicicleta e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Adequar as condições da rede existente e expandir a infraestrutura de circulação cicloviária, com foco nos locais prioritários definidos nos instrumentos de planejamento (como PlanMob, Plano Diretor e outros), de forma eficaz e orientada ao cumprimento das metas previstas nesses planos, e garantindo dimensões e sinalização adequadas aos parâmetros mínimos recomendados pelo Conselho Nacional de Trânsito.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 2 - Exigências limitadas de contrapartidas no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para promoção de mobilidade sustentável.
Recomendação 2.1
Considerando a necessidade de estabelecer regulamentação adequada e de promover aplicação do instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para incentivar viagens por modos ativos, conforme orientações do Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação do Estudo de Impacto de Vizinhança e do Caderno Técnico de Referência: Gestão da demanda de mobilidade, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Aprimorar a aplicação do instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no âmbito da mobilidade urbana, considerando: a) a complementação da regulamentação do EIV com destaque às medidas voltadas a qualificação dos modais ativos e/ou detalhamento do Termo de Referência com exemplos de medidas; b) o estabelecimento, como critério de avaliação dos EIVs, da priorização dos modos ativos como condicionante para aprovação; c) a expansão da execução de medidas mitigadoras e compensatórias voltadas aos modos ativos e ao transporte público coletivo, como qualificação das calçadas para ampliar condições de acessibilidade, implantação de trechos de ciclovia/ciclofaixa, implantação de mobiliário urbano de suporte aos modais ativos (como paraciclos e bicicletários), abrigos de pontos de ônibus, entre outros.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 3 - Ausência de Plano de Rotas Acessíveis instituído nos termos do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001).
Recomendação 3.1
Considerando a necessidade de promoção da acessibilidade universal, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e de elaboração de plano de rotas acessíveis, conforme art. 41, § 3o da lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Elaborar Plano de Rotas Acessíveis ou Pedestrianização, de modo alinhado a seu Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, nos termos do Art. 41 §3° do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Deve estar baseado em diagnóstico da situação existente e priorizar proximidades de equipamentos públicos e áreas com grande fluxo de pedestres, indicando as ações necessárias, responsáveis, metas, cronograma e estimativa de custos.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 4 - O Plano Plurianual apresenta fragilidades na estruturação dos programas e ações voltados à mobilidade urbana, bem como na sua compatibilização com o PlanMob.
Recomendação 4.1
Considerando a necessidade de promover a correta estruturação do Plurianual (PPA) e sua compatibilização com os planos setoriais, mais especificamente com o PlanMob, conforme o Art. 165, § 4º da Constituição Federal, o Art. 129, §4º da Lei Orgânica do Município de Araucária e o Art. 25 da Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), bem como segundo orientações do Guia de Avaliação de Políticas públicas e de outras publicações de referência sobre a elaboração de PPAs, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Adequar estruturação do próximo Plano Plurianual - PPA para compatibilizar os Programas relacionados à política de mobilidade urbana com o PlanMob, com

destaque aos modos ativos de transporte, de modo a:
a) estabelecer objetivos para os Programas que explicitem os fins das ações e investimentos;
b) estabelecer metas que traduzam quantitativamente ou qualitativamente o que se deseja realizar;
c) prever indicadores para aferir os impactos dos investimentos;
d) trazer diretrizes e propostas mais concretas para o aperfeiçoamento da mobilidade, de modo alinhado ao PlanMob;
e) prever recursos compatíveis com as medidas necessárias.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 5 - Os projetos viários indicam desalinhamentos com as diretrizes e objetivos estabelecidos no PlanMob.

Recomendação 5.1

Considerando a necessidade de projetar o espaço viário com foco nos modais prioritários de transporte e de otimizar os investimentos em recapeamento, priorizando locais de circulação do transporte público coletivo e garantindo a infraestrutura completa da via, conforme a Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e Art. 54. da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), bem como segundo orientações do guia Diretrizes gerais para apoio às obras de pavimentação e qualificação de vias urbanas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Formalizar Plano de Ação ou similar sobre as estratégias de recapeamento de vias urbanas a serem desenvolvidas no município no curto a médio prazo, considerando a elaboração de diagnóstico da situação da pavimentação asfáltica e o estabelecimento de elementos técnicos de priorização, envolvendo, por exemplo, o caráter das vias, o traçado das rotas do transporte público coletivo, diretrizes do planejamento de médio e longo prazo, entre outros.

Recomendação 5.2

Considerando a necessidade de projetar o espaço viário com foco nos modais prioritários de transporte, garantindo acessibilidade universal nas intervenções em vias urbanas, conforme a lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e Art. 54. da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), bem como segundo orientações dos guias Ruas Completas no Brasil, Caderno Técnico de Referência: Mobilidade a pé, Moderação de tráfego, Soluções para incentivar a segurança viária e Manual de Desenho de ruas, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Garantir que as intervenções de recapeamento de vias urbanas contemplem a adequação da infraestrutura para pedestres, assegurando condições mínimas de circulação e acessibilidade nos trechos e cruzamentos objeto de intervenção, conforme os padrões municipais e a NBR 9050.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Recomendação 5.3

Considerando a necessidade de projetar o espaço viário com foco nos modais prioritários de transporte, garantindo infraestrutura cicloviária em condições adequadas nas intervenções em vias urbanas, conforme a lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e orientações do Caderno Técnico de Referência: Mobilidade por bicicleta, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Assegurar, caso se trate de requalificação de trecho viário onde esteja prevista infraestrutura cicloviária no planejamento de médio e longo prazo (Plano Diretor, Plano de Mobilidade, entre outros), a implantação da referida infraestrutura, como ciclovias e ciclofaixas.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 6 - Processo de monitoramento e avaliação da política de mobilidade urbana comprometido pela ausência de banco de dados com informações necessárias.

Recomendação 6.1

Considerando a necessidade de implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação sistemáticos e permanentes dos objetivos da política municipal de mobilidade, conforme art. 21, inciso III, da Lei nº 12.87/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), e a necessidade de construção de um banco de dados para subsidiar processos de planejamento e a abertura destes dados ao público externo, conforme orientações do guia Caderno Técnico de Referência: Gestão da Informação, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Instituir banco de dados a respeito da mobilidade e planejamento urbano, de modo alinhado ao PlanMob, e utilizá-lo para subsidiar a implementação e o monitoramento da política de mobilidade, considerando:
a) a centralização de dados e informações já existentes, em posse de diversas Secretarias e de fontes externas;
b) a estruturação de protocolos de coleta, de tratamento e armazenamento de dados, de acordo com a natureza da informação;
c) a disponibilização da plataforma de acesso à base de dados às diversas entidades da administração municipal;
d) a publicização online dos dados não sensíveis em formato aberto, para o público externo.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 7 - A política de segurança no trânsito apresenta limitações no uso de dados de sinistros para subsidiar o planejamento reativo.

Recomendação 7.1

Considerando a necessidade de cumprimento de metas anuais para a redução de índices de mortos no trânsito de acordo com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS, de coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas e de atuar no tratamento de locais críticos, conforme arts. 24 e 326-A da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Resolução CONTRAN nº 870, bem como segundo orientações dos guias PlanMob Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade urbana e Segurança no trânsito, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Institucionalizar planejamento e gestão de programa de segurança viária, de modo alinhado ao PlanMob municipal, ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e ao Programa Vida no Trânsito (PVT), contemplando:
a) diagnóstico das condições de segurança no trânsito, com base em dados atualizados sobre sinistros e em análises de fatores e condutas de risco;
b) identificação dos pontos críticos e locais que demandam intervenções reativas e preventivas;
c) identificação das ações necessárias e respectivos locais;
d) priorização das intervenções e previsão de cronograma;
e) designação de responsáveis pela implementação das medidas;
f) formas de monitoramento e avaliação.
O planejamento deve ser formalizado, por meio de Plano de Ação ou outras formas de registro dos estudos e ações.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSSCPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 8 - A política de estacionamento rotativo não promove a gestão da demanda do modo individual motorizado e o subsídio aos modais prioritários.

Recomendação 8.1

Considerando a necessidade de utilização do instrumento do estacionamento rotativo, previsto na Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), enquanto parte integrante da política de mobilidade urbana, conforme art. 23, inciso V, da Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); a necessidade de cobrança adequada pelo uso, conforme o princípio de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços, disposto no art. 5º, inciso VII da Lei nº 12.587/2012; a necessidade de prever na normativa regulamentadora o objetivo de gestão da demanda do automóvel individual, conforme orientações dos guias Caderno Técnico de Referência: Gestão da demanda de mobilidade e Precificação do estacionamento em via pública; e a boa prática de vincular a arrecadação a investimentos em mobilidade ativa ou ao transporte público coletivo, de acordo com o art. 23, inciso III, da Lei nº 12.587/2012 e orientações dos guias citados, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Alterar normativa sobre o estacionamento rotativo, de modo alinhado ao PlanMob, para:
a) incluir como um dos objetivos da política a gestão de demanda pelo uso do automóvel individual e a priorização modal de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587/2012);
b) implementar a cobrança pelo uso do sistema;
c) prever a destinação de percentual das receitas arrecadadas para modais prioritários, como investimentos em infraestrutura para pedestres, em infraestrutura de ciclomobilidade ou no transporte público coletivo municipal.

Recomendação 8.2

Considerando a necessidade de utilização do instrumento do estacionamento rotativo, previsto na Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), enquanto parte integrante da política de mobilidade urbana, conforme art. 23, inciso V, da lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); a necessidade de cobrança adequada pelo uso, conforme o princípio de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços, disposto no art. 5º, inciso VII da Lei nº 12.587/2012; e a necessidade de elaboração de estudos técnicos para aprimoramento da política, conforme orientações dos guias Caderno Técnico de Referência: Gestão da demanda de mobilidade, Precificação do estacionamento em via pública, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:

Implementar medidas de expansão e aprimoramento da política de estacionamento público na via, de modo alinhado ao PlanMob, mediante a elaboração prévia de estudos técnicos que contemplem análise de demanda, planejamento para ampliação das áreas regulamentadas, horários de operação, definição de tarifa compatível com os objetivos da política, previsão de arrecadação, modelo de operação e avaliação dos impactos da política na mobilidade urbana como um todo.

Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Achado 9 - O município não possui um programa de verificação da manutenção e conservação das calçadas de acordo com as normas de acessibilidade e os padrões municipais.

Recomendação 9.1

Considerando a necessidade de uma atuação proativa na vistoria das condições das

calçadas, conforme orientado pela Nota Técnica n.º 27/2024 - CGF/TCEPR e CAOPMAHU/MPPR, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Definir normativamente os procedimentos operacionais e processos de trabalho das rotinas de vistoria das calçadas, contemplando elementos como o planejamento de visitas, periodicidade de sua realização, verificações a serem realizadas, produtos a serem gerados e outros pontos que o município julgar pertinentes.
Recomendação 9.2
Considerando a necessidade de uma atuação proativa na vistoria das condições das calçadas, conforme orientado pela Nota Técnica n.º 27/2024 - CGF/TCEPR e CAOPMAHU/MPPR, recomenda-se ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, CNPJ 76.105.535/0001-99, com fundamento no art. 267-A, § 2°, do Regimento Interno do TCE-PR, que adote a seguinte providência:
Instituir rotinas contínuas de vistoria que tenham como objeto as adequadas condições de acessibilidade das calçadas, com base em planejamento próprio e definição de áreas prioritárias, e utilizar os resultados das vistorias para subsidiar ações que promovam a melhoria das condições de mobilidade a pé.
Responsáveis pela implementação da recomendação:

Prefeito Municipal	Controladora Interna
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, CPF nº ***.666.***-**, Prefeito de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-lo.	ELICIANE ROSI BELNIAK VOSS, CPF nº ***.722.***-** - Controle Interno de 2025 a 2028, ou quem vier a substituí-la.

Consoante se infere dos achados e recomendações acima transcritos, a Coordenadoria de Auditorias apontou, de uma forma geral, que o Município de Araucária poderia aperfeiçoar a gestão da política de mobilidade no Município, de modo a promover melhores condições para deslocamentos a pé e por bicicleta.

Ato contínuo, em atenção ao disposto no art. 267-A, §§ 2º e 3º do Regimento Interno[1], e, ainda, no Acórdão n° 3.547/23 (que aprovou o PAF 2024-2025), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização encaminhou o relatório de auditoria a esta Presidência, conforme Despacho n.º 1094/2025 (peça 5), que determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que procedesse à autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações, nos termos do Despacho n.º 4039/2025 (peça 6).

É o relatório.

2. Diante disso, em razão da relevância das evidências obtidas e das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditorias, bem como tendo em vista as sugestões de providências apresentadas pela unidade técnica visando contribuir para o aprimoramento da mobilidade urbana na entidade auditada, proponho a homologação das referidas recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII[2] do Regimento Interno.

VOTO

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 444/1505 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3.

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Araucária, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno.

Após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal.

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR as recomendações sugeridas pela Coordenadoria de Auditorias no Relatório de Auditoria n° 444/1505 (peça n° 4) e compiladas no quadro de peça n° 3;

II – encaminhar, após a publicação da decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação ao Município de Araucária, à luz do disposto nos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno e, na sequência, à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, nos termos do artigo 267-A, § 6º, do Regimento Interno, e após, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno deste Tribunal;

III – autorizar, atendidas as formalidades, o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1. 1**. Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.*
I – [...]
II - ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:
[...]
II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.
§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.
***2**. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno:*
XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

PROCESSO Nº:-592064/25
ASSUNTO:-PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-VALERIA BORBA
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 2841/25 - TRIBUNAL PLENO

Processo de Membro. Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Requerimento de indenização de férias não usufruídas por necessidade de serviço. Resolução nº 49/2014. Manifestações uniformes. Deferimento.

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento formulado pela Procuradora Valeria Borba, no qual solicita indenização de 30 (trinta) dias de férias não usufruídas por absoluta necessidade do serviço[1], sendo 5 (cinco) dias relativos ao exercício de 2024 e 25 (vinte e cinco) dias concernentes ao exercício de 2025.

Pela Informação nº 471/25[2], a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) atestou que o montante indenizatório atinente ao pleito, aplicando-se as disposições da Resolução nº 49/2014 e da Resolução nº 108/2024, totaliza R$ 67.695,29 (sessenta e sete mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos).

A Diretoria Jurídica (DIJUR) emitiu o Parecer nº 280/25[3], manifestando-se favoravelmente ao deferimento do pedido de indenização.

O órgão ministerial não se opôs ao deferimento do pleito, conforme Parecer nº 297/25-PGC[4], subscrito pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas em 24/09/2025.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

O presente requerimento encontra amparo na Resolução nº 49/2014 desta Corte, que regulamenta a conversão em pecúnia de férias não usufruídas por absoluta necessidade de serviço.

No caso em tela, é possível aferir, das informações e documentos que instruem o feito, o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 1º da referida norma regulamentar[5], que autoriza o pagamento da indenização.

Diante do exposto, acompanhando as manifestações uniformes, VOTO pelo deferimento do pedido.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para as providências necessárias, ficando autorizado o posterior encerramento e arquivamento do feito.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

DEFERIR, acompanhando as manifestações uniformes, o pedido formulado pela Procuradora Valeria Borba.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 9 de outubro de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 19.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

***1**. Declaração nº 12/25-GP, datada de 22/09/2025 (peça 6).*
***2**. Peça 5.*
***3**. Peça 7.*
***4**. Peça 8.*
***5**. "Art. 1º Assegurar aos membros (Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná), o pagamento, a título de indenização, dos períodos de férias não usufruídos, integral ou parcialmente, por absoluta necessidade de serviço, após o acúmulo superior a 60 (sessenta) dias, referentes ao período aquisitivo em vigor à época do cálculo da indenização."*



TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 601695/25
ASSUNTO - REVISÃO DE PENSÃO
ENTIDADE - FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO - ARI DA CONCEIÇÃO DA CRUZ, MARIA INES DA CRUZ, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR -
RELATOR - CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 119/25
EMENTA: Revisão de proventos – Registro.
O Relator deste Processo, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. determinar o registro da Portaria nº 10826/25, do Foz Previdência, publicado no Diário Oficial do Município, em 16/09/25, referente à revisão dos proventos de pensão de Ari da Conceição da Cruz, cônjuge da servidora falecida, Sra. Maria Inês da Cruz, no valor mensal de R$ 5.959,58, com fundamento no art. 300, do Regimento Interno, considerando os opinativos uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas (Peças 14 e 16), favoráveis ao registro do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, sua inclusão no registro competente e o encerramento do processo.
GCFAMG em 9 de outubro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 247409/25
ASSUNTO - REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE - FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO - AZEDENIR MARIA VITORASSI ZANELLA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
PROCURADOR -
RELATOR - CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 120/25
EMENTA: Revisão de proventos – Registro.
O Relator deste Processo, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. determinar o registro da Portaria nº 10410/25, do Foz Previdência, publicado no Diário Oficial do Município, em 02/04/25, referente à revisão dos proventos de aposentadoria de Azedenir Maria Vitorassi Zanella, no valor mensal de R$ 1.553,14, com fundamento no art. 300, do Regimento Interno, considerando os opinativos uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas (Peças 12 e 13), favoráveis ao registro do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, sua inclusão no registro competente e o encerramento do processo.
GCFAMG em 9 de outubro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 98353/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, DALTO FERREIRA DA SILVA, ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES, LUCAS PAULINO DA SILVA, MARCELO DAMBROS, NICKOLAS BASSO STERNHEIM, PAULO CELSO TEIXEIRA MARINI, RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, WILSON BLEY LIPSKI
PROCURADOR - ALEX GAMA DE OLIVEIRA, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, CARLA DOS SANTOS CORREIA, DANIELLE RENEE MACHADO DE OLIVEIRA, DEBORA ALVES SILVA, DIEGO DE LIMA MEDEIROS, FABIANA KARLA CASAGRANDE, GILBERTO INOJO FERNANDES, LEONARDO DUARTE RIBEIRO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, LUIZ CLAUDIO DE SOUSA CAMPOS, MATTHAUS SCHMITT, MONICA RODRIGUES DA SILVA, MURILO QUINHONE SHIGEMATSU, NATALIA ZANETTI SOUZA PEDROSO, PATRICIA CARVALHO DA SILVA PINHEIRO, PATRICIA DE PAIVA SANTOS, RAFAEL PAIM BROGLIO ZUANAZZI, RAFAEL STEC TOLEDO, RENATA CAROLINA BORELLI, ROBERTO GODOY JUNIOR, SILVANA DE SOUZA ALVES
DESPACHO - 1486/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
A Sanepar apresentou Recurso de Agravo (peça 174) em face do Despacho nº 962/25 (peça 164), que não admitiu embargos de declaração interpostos e indeferiu pedidos de revisão cautelar.
A Representante, empresa Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S, apresentou contrarrazões (peça 187) ao Recurso de Agravo interposto.
A Sanepar, o Sr. Wilson Bley Lipski, o Sr. Fernando Mauro Nascimento Guedes, o Sr. Nickolas Nasso Sternheim, o Sr. Paulo Celso Teixeira Marini, o Sr. Lucas Paulino Da Silva, o Sr. Marcelo Dambros, e o Sr. Dalto Ferreira Da Silva, apresentaram defesa conjunta (peça 189).
Por fim, vieram os autos conclusos.
O recurso de agravo (Peça 174) foi tempestivamente manejado, por parte legalmente legitimada a fazê-lo, sendo o agravo a espécie recursal própria a ensejar, por órgão colegiado deste Tribunal, a revisão de decisões monocráticas.
No entanto, indefiro o pedido de concessão de efeitos suspensivos, uma vez que, até o presente momento, não foram apresentados elementos pela Sanepar que possam demonstrar a exequibilidade da proposta apresentada, conforme amplamente demonstrado na Decisão recorrida.
A ausência de demonstração da exequibilidade da proposta ocasiona sério risco de lesão ou grave lesão à Administração Pública, não podendo a Sanepar se furtar à sua obrigação de garantir que a proposta apresentada possa ser adimplida pelo contratado, uma vez que não atingiu os valores mínimos previstos na legislação e no edital.
Desse modo, recebo o recurso, com efeito devolutivo, e mantenho o despacho recorrido pelos seus próprios fundamentos.
Á Diretoria de Protocolo para autuação e distribuição a este julgador.
GCFAMG em 08 de outubro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 621710/20
ASSUNTO - TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES
INTERESSADO - ESEQUIEL BESTEL JUNIOR, JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS, MOISEIS BRANCO DA SILVA, MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES
PROCURADOR - HOMERO SAMPAIO BAITALA DE OLIVEIRA, LUIZ AUGUSTO RIBEIRO FRANCO
DESPACHO - 1491/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
A Coordenadoria de Medidas Executórias (Despacho 909/25 – Peça 270) noticia o decurso do prazo para cumprimento de determinações contidas no Acórdão 3060/22-S1C.
Tal ocorrência significa que o julgamento passará a figurar como pendência, impedindo a obtenção de certidão liberatória, consoante previsão do art. 95, da LC/PR 113/05, bem como sujeitando o respectivo gestor a sancionamento.
Desta feita, remeto os autos à Diretoria de Protocolo para que realize a comunicação eletrônica de ciência (sem prazo para cumprimento, uma vez que nenhuma obrigação está sendo criada a partir deste despacho) do MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, para que tome pleno conhecimento do andamento do presente processo.
Posteriormente, os autos deverão imediatamente ser recambiados à CMEX para os acompanhamentos de estilo.
GCFAMG em 9 de outubro de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 308613/23
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
INTERESSADO: ANA NAYARA CARNAUBA, CLEIVALDO BERNARDO, ELIANA DE SANTANA OLIVEIRA DA PAIXAO, ISMAEL BATISTA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 1731/25
Com fundamento no art. 357, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal[1], admito a juntada da petição protocolada sob nº 648624/25 (peças 59-60).
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) e ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

1. "Art. 357. As alegações de defesa e as razões de justificativa serão admitidas dentro do prazo determinado na citação ou na intimação.
§ 1º Exaurido o prazo, a admissibilidade da juntada de documentos dependerá, em todos os casos, de despacho do relator e somente será permitida antes de concluída a fase processual de instrução, ressalvada a hipótese de tratar-se de documento novo."

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-585525/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-ARILSON MAROLDI CHIORATO
INTERESSADO:-ANA JULIA PIRES RIBEIRO, ANTENOR GOMES DE LIMA, ARILSON MAROLDI CHIORATO, JORGE GOMES DE OLIVEIRA BRAND, JOSE RODRIGUES LEMOS, LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN, MAURICIO THADEU DE MELLO E SILVA, RENATO DE ALMEIDA FREITAS JR
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1314/25
Considerando a constituição de equipe de trabalho por meio da Portaria nº 763/2025, com a finalidade de acompanhar o processo de desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, determino o encaminhamento dos autos à referida equipe, para que se manifeste quanto à viabilidade de concessão de acesso aos documentos, em razão do caráter sigiloso originalmente atribuído às respectivas peças.
Ao Gabinete da Presidência para os devidos fins.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-631438/25
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ENTIDADE:-ASSOCIACAO FIQUEM SABENDO
INTERESSADO:-ASSOCIACAO FIQUEM SABENDO
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1315/25
Considerando a constituição de equipe de trabalho por meio da Portaria nº 763/2025, com a finalidade de acompanhar o processo de desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, determino o encaminhamento dos autos à referida equipe, para que se manifeste quanto à viabilidade de concessão de acesso aos documentos, em razão do caráter sigiloso originalmente atribuído às respectivas peças.
Ao Gabinete da Presidência para os devidos fins.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-596543/25
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR:-PAULO JORDANESSON FALCAO DE CARVALHO MARCOS
DESPACHO:-1316/25
I. Considerando que os presentes autos nutem o mesmo substrato fático daquele constante no Processo n.º 454170/25, que ambos os expedientes foram propostos pelo ora denunciante, e que se encontram na mesma fase processual, determino a tramitação conjunta, a fim de evitar decisões dissonantes.
II. Encaminhe-se o feito à Diretoria de Protocolo para que proceda ao apensamento dos presentes autos ao Processo n.º 454170/25.
III. Tendo em vista que o processo principal tramita sob sigilo, deve-se atribuir a mesma condição ao apenso.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-109995/25
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO:-MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1318/25
I. Retorna o corrente expediente com a Informação n.° 47/25-CONTAS, através da qual a unidade técnica certifica o fato 5 - Déficit Financeiro, descrito no Relatório do Diagnóstico Situacional (peça 5, fls. 14), e destacado no Ofício n.º 050/2025 - Gab (peça 3) e na Portaria / Resolução (PMG) n.º 0006/2025 (peça 4), é alcançado no item "4.3. Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS" do grupo de análise "4. Gestão Fiscal", no âmbito da prestação de contas anual do Prefeito Municipal, o que, supriria, a priori, o objeto da tomada de contas especial em apreço.
II. A partir disso, entendo prudente a oitiva do Ministério Público de Contas acerca do tema.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-648128/25
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ENTIDADE:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1319/25
I. Trata-se de denúncia formulada por J.B. em face do M.S.T.I, por intermédio da qual se traz ao conhecimento desta C. Corte de Contas a apuração de reiteradas práticas de nepotismo e de concessão de gratificações indevidas, (...) em afronta direta aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, caput da CF), à Súmula Vinculante n° 13 do STF e ao atendimento consolidado deste Tribunal, especialmente o constante no Prejulgado n° 09, retificado pelo Acórdão n° 2486/2023.

II. Preliminarmente ao exercício do juízo de admissibilidade, reputo imprescindível a remessa deste expediente à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão para que informe se possui em seus assentos registro dos fatos aqui relatados, bem como da adoção de possíveis medidas inseridas em sua esfera de competência.
III. Então, regresse a este Gabinete.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-759279/24
ASSUNTO:-PROJETO DE RESOLUÇÃO
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-1351/25
I. Tendo em vista o contido no Despacho nº 4397/25-GP (peça 36), solicitando a "suspensão do prazo de entrada em vigor da Resolução 128/25, até deliberação acerca das modificações propostas pelo Ofício 649/25", encaminhe-se o feito para manifestação da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, Diretoria Jurídica – DIJUR e, após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPjTC para parecer.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO N.º: 431373/11
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
INTERESSADOS: ADALBERTO JORGE GELBECKE JUNIOR, AIRTON LUIZ BONACIF BORGES, ANTONIO ADELAR CARAMORI, CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CLAUDIA QUEIROZ GUEDES, JOAO CARLOS MILANI SANTOS, JOÃO CLAUDIO DEROSSO, LUIZ EDUARDO GLUCK TURKIEWICZ, MARIA ANGELICA BELLANI MARTINS, NELSON GONCALVES DOS SANTOS, OFICINA DA NOTICIA LTDA - ME, PAULO OVÍDIO DOS SANTOS LIMA, PRISCILA DE SA E BENEVIDES CARNEIRO, RELINDO SCHLEGEL, VISAO PUBLICIDADE LTDA - EPP, VITOR ALBERTO FONTOURA RODRIGUES, WASHINGTON LUIZ MORENO
PROCURADORES: ADRIANA BOLZANI BACH, ALVARO AUGUSTO CASSETARI, ANA LETICIA LOCH GUSMAN, ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, AYRON DA CONCEICAO BACH, CLEISON DIOTALEVI, DEBORAH CRISTINA GONCALVES MOREIRA, EDUARDO DUARTE FERREIRA, FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA, FABIANE MALDANER BULAWSKI, FERNANDA FORTUNATO MAFRA RIBEIRO, IVO ARY MEIER JUNIOR, JESRAEL SOARES BATISTA, JOSE AUGUSTO ALEXANDRIA ALVES, JOSÉ CID CAMPELO FILHO, JULIANA FISCHER DE ALMEIDA, JULIANA MOTTIM DE OLIVEIRA, KISCIA BASTIAN, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, MAURICIO ANTONIO PELLEGRINO ADAMOWSKI, PAULO HENRIQUE PETROCINI, PRISCILA PERELLES, RAFAELA CASSETARI SAVARIS, RICARDO TADAO YNOUE, RODOLFO HEROLD MARTINS, RODRIGO AUGUSTO CAMPOS BAPTISTA, THIAGO DE CARVALHO RIBEIRO, THIAGO LIMA BREUS
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO N.º: 1376/25
Chegam os autos da Tomada de Contas Extraordinária cujo objeto foi a apuração da regularidade de gastos em publicidade e propaganda feitos pela Câmara Municipal de Curitiba, finalidade de apurar a regularidade de gastos em publicidade e propaganda feitos pela Câmara Municipal de Curitiba, entre os exercícios de 2006 e 2011, com origem na Concorrência nº 002/2006, no valor total de R$ 33.955.693,50 (trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
Após ter sido realizada a necessária redistribuição do feito em decorrência do início da Presidência do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, o Excelentíssimo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães se declarou suspeito no Despacho - 47/25 – GCFAMG, havendo segunda redistribuição para este gabinete, a execução foi acompanhada Coordenadoria de Medidas Executórias para verificação do cumprimento da decisão no Acórdão n.º 2962/2022 – STP.
Em seguida, a Coordenadoria de Medidas Executórias emitiu o Ofício - 128/25 – CMEX e a Informação - 4391/25 – CMEX, na qual informou o teor da decisão exarada no Acórdão nº 1362/25 - STP no Pedido de Rescisão nº 530174/24, na qual se reconheceu a prescrição das pretensões sancionatória e ressarcitória relativas a esta Tomada de Contas Extraordinária referentes à Washington Luiz Moreno.
Além disto, informou nos documentos Instrução - 596/25 – CMEX, Instrução - 598/25 – CMEX, Instrução - 599/25 – CMEX, Instrução - 600/25 – CMEX que houve a quitação integral das sanções aplicadas à Priscila de Sá e Benevides Carneiro, Antonio Adelar Caramor, Maria Angelica Bellani Martins e Joao Carlos Milani Santos, respectivamente.
Feito isto, a Coordenadoria de Medidas Executórias encaminhou o processo ao Ministério Público de Contas para ciência e deliberação sobre as baixas referentes às multas quitadas.
O Ministério Público de Contas, no Parecer - 760/25 - 7PC (Peça 1109), em primeiro momento, informou nos autos que houve que foram emitidas duas Certidões de Débito para o mesmo fato em relação ao Sr. Airton Luiz Bonacif Borges, a saber, as Certidões de Débito n.º 544/24-CMEX e 545/24-CMEX (peças n.º 1048 e 1049, respectivamente), ambas referentes ao item 'II.g' do v. Acórdão n.º 2586/15-S1C e pediu o desentranhamento da segunda certidão e envio de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda para realizar as correções pertinentes. Acerca das baixas referentes às multas quitadas, não houve oposição do Ministério Público de Contas, e encaminhou os autos para este gabinete para deliberação.
Por fim, em resposta ao Ofício - 128/25 – CMEX (Peça 1111), a Procuradoria Geral do Estado do Paraná informou que cumpriu a determinação de cancelamento da Inscrição em Dívida Ativa nº 3628936-8 assim como a Execução Fiscal junto à Procuradoria Geral do Estado - PGE, do débito originário da Certidão de Débito nº 567/2024 referentes à Washington Luiz Moreno.
É o relatório.
Considerando o teor no Parecer - 760/25 - 7PC (Peça 1109), determino inicialmente o desentranhamento da certidão constante na Certidão de Débito 545/24-CMEX (Peça 1049) e envio de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda para realizar as correções pertinentes, em razão da emissão em duplicidade apontada pelo Ministério Público de Contas.
Compulsando os autos, vê-se que não há óbice para a baixa referentes às multas quitadas, logo, determino a baixa da responsabilidade pecuniária de:
(i) Priscila de Sá e Benevides Carneiro, em relação ao item II – Subitens "a, d, e, f, g, h, i" do Acordão 2586/15 – S1C (peça 909);
(ii) Antonio Adelar Caramor, em relação ao item II – subitem "j" do Acórdão nº 2586/15 – S1C (peça 909);
(iii) Maria Angelica Bellani Martins, em relação ao item II – subitem "a, d, e, f, g, h" do Acórdão nº 2586/15 – S1C (peça 909) e
(iv) Joao Carlos Milani Santos, em relação ao item II, subitem "j" do Acórdão nº 2586/2015- S1C (peça 909)
Diante do determinado, encaminhe-se o feito à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para cumprimento e posterior monitoramento da execução.
Publique-se.
Curitiba, 8 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 608592/25
ORIGEM: MUNICIPIO DE JURANDA
INTERESSADOS: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, JOELMA DAMASCENO DEMENECK, JOSÉ DENILSON NASCIMENTO, LEILA MIOTTO AMADEI, MUNICIPIO DE JURANDA, RODRIGO PIGNATO, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA, WANDERSON MOREIRA ELIZIARIO
PROCURADORES: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO
ASSUNTO: RECURSO DE REVISÃO
DESPACHO N.º: 1377/25
Tratam os autos de Recurso de Revisão interposto por TDB/VIA Controladoria Municipal Ltda. (peça 69/70), em face do Acórdão n.º 2.382/25 do Tribunal Pleno (peça 68), que negou provimento ao Recurso de Revista n.º 17.019/25, que buscava a modificação do Acórdão n.º 3.929/24 da Segunda Câmara (peça 44), que assim decidiu:
I - Julgar procedente a presente Tomada de Contas Extraordinária, para, com fundamento no artigo 16, inciso III, alínea "b" , da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, julgar irregulares as contas objeto do feito, de responsabilidade da contratada, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA – ME, e da Sra. LEILA MIOTTO AMADEI, prefeita municipal de Juranda (gestões 2017/2020 e 2021/2024), em razão da contratação de consultoria jurídica para acompanhamento de gestão, em violação ao Prejulgado n.º 06 desta Corte e ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal;
II- aplicar a multa administrativa prevista no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 à Sra. LEILA MIOTTO AMADEI, nos termos da fundamentação;
III- expedir determinação ao Município de Juranda, na pessoa de seu representante legal, para que no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, apresente estudos sobre a necessidade de se ampliar a quantidade de vagas disponíveis e a contratação de novos servidores para o cargo efetivo de procurador jurídico/advogado;
IV- incluir a Sra. LEILA MIOTTO AMADEI na lista dos responsáveis com contas irregulares, com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005;
O recurso interposto foi recebido por meio do Despacho n.º 1.256/25 – GCDA (peça 72), uma vez que estavam presentes os requisitos de admissibilidade.
Sequencialmente, por meio das Petições Intermediárias n.º 640.640/25 (peça 77/78) e n.º 647.180/25 (peça 80/81), a interessada Leila Miotto Amadei e o interessado Wanderson Moreira Eliziário, manifestaram sua adesão ao recurso de revisão interposto pela empresa TDB/VIA Controladoria Municipal Ltda.
Dessa forma, a Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar encaminhou os autos a este Gabinete para deliberação quanto à juntada da referida petição (peça 79).
É o relatório.
Importa mencionar que o Recurso Adesivo é um recurso subordinado, ou seja, somente é admitido quando o recurso principal for válido e tiver seguimento. Além disso, a parte que o interpõe fica limitada aos fundamentos e à extensão do recurso principal[1].
Considerando que o recurso principal foi admitido por meio do Despacho n.º 1.256/25 – GCDA (peça 72), e que os presentes Recursos Adesivos foram interpostos dentro do prazo regimental de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 486 do Regimento Interno[2], concluo que os recursos são tempestivos e, portanto, admissíveis.
Com base no preenchimento dos requisitos de admissibilidade – tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse – e em conformidade com o artigo 479, parágrafo único do Regimento Interno[3], bem como, subsidiariamente, o artigo 997, §2º do Código de Processo Civil, recebo os presentes Recursos Adesivos para sua devida análise e julgamento.
Remetam-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e, posteriormente ao Ministério Público de Contas para as suas respectivas manifestações, com base no art. 487 do Regimento Interno[4]
Publique-se.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Código de Processo Civil. Art. 997 Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais. (...)
§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:
I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;
2. Art. 486. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferido, nos seguintes casos:

I - acórdão não unânime, que, ao julgar Recurso de Revista, houver reformado a decisão da Câmara, ou do Pleno nas hipóteses do art. 484;
II - nas decisões em Pedido de Rescisão;
III - negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;
IV - divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demonstrado analiticamente.
***3**. Art. 479. Parágrafo único. Se o Relator reconhecer a inadequação do recurso interposto, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que, satisfeitos os requisitos de admissibilidade e tempestividade.*
***4**. Art. 487. Recebido o recurso, será sorteado novo Relator que encaminhará os autos após a manifestação do recorrido, se houver, independentemente de instrução de unidade administrativa, abrirá vista do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, incluindo-o, a seguir, em pauta de julgamento, observando o prazo a que se refere o art. 62, I, da Lei Complementar nº 113/2005.*

PROCESSO N.º: 171631/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ANTONINA
INTERESSADOS: JOSE PAULO VIEIRA AZIM, ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
PROCURADORES: MARCELO FABIANO GRESKIV
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1383/25

Diante do disposto no artigo 71, inciso I, da Constituição Federal de 1988, tratam os autos de Prestação de Contas do Prefeito Municipal.
Por meio da petição presente na peça 14, o Município de Antonina solicitou nos autos a prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias para manifestar-se quanto ao disposto no Despacho n.º 918/25-GCFSC (peça 10).
Ante o exposto, defiro o pedido de prorrogação de prazo.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para o acompanhamento do prazo processual.
Publique-se.
Curitiba, 8 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 180479/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL
INTERESSADOS: ECLAIR RAUEN, PAULO ROBERTO PEDRO
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 1384/25

Em face da Instrução n.º 1581/25-CCONTAS (peça 16) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de ECLAIR RAUEN, chefe do Poder Executivo do Município de Jundiaí do Sul no exercício financeiro de 2024.
A intimação tem por objetivo assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante a apresentação dos quesitos constantes na avaliação da atuação governamental na área de Saúde que, sob a perspectiva do gestor, devem ter as respostas alteradas. Para tanto, deverá ser apresentada a devida documentação comprobatória. Tal medida decorre do seguinte exposto pela Coordenadoria de Contas, na Instrução n.º 1581/25 (peça 16):
Sob análise técnica, verifica-se que as manifestações apresentadas não requerem a alteração das respostas constantes nos formulários de avaliação da atuação governamental. As informações trazidas limitam-se a relatar as causas da redução da nota, além de destacar que estão sendo empreendidos esforços para sanar as questões apontadas, o que corrobora a correção das respostas registradas nos formulários de 2024.
Desse modo, não há elementos para rever o entendimento anteriormente adotado.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 8 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 644289/25
ORIGEM: MUNICIPIO DE COLOMBO
INTERESSADOS: DAVID RAFAEL FERREIRA DE SOUZA, ELISIL UNIFORMES LTDA, MUNICIPIO DE COLOMBO
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1385/25

Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, cumulada com pedido de liminar, apresentada por NP UNIFORMES LTDA[1], referente ao Pregão Eletrônico n.º 57/2025, Processo Administrativo n.º 144/2025, realizado pelo Município de Colombo[2] , cujo objeto era o "Contratação de empresa especializada para o fornecimento através do Sistema de Registro de Preços, de Uniformes Escolares, com entrega ponto – a – ponto para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Colombo". (Peça 4, fl. 1).
À peça 3, a Representante alega que o edital teria previsões de especificações técnicas incomuns de mercado, entre elas a exigência de composição de malha com 3 fios (90% poliéster + 10% algodão e modal) e tolerância de apenas 3% para laudo de Pantone, medição de cor com espectrofotômetro (Delta E).
Além disto, teriam sido determinados prazos inexequíveis para a apresentação de amostras, pois considerando que as especificidades dispostas no edital referentes à composição, gramatura e Pantone (cores) dos tecidos não seriam usuais no mercado e que precisariam ser especialmente desenvolvidas para essa Prefeitura.
Por afim, afirma que a exigência de 105 laudos técnicos é desarrazoada considerando a finalidade da aquisição, possuindo o condão de servir de instrumento para direcionamento da licitação, citando que o prazo de 20 dias só poderia ser atendido por uma empresa que já tivesse disponível as amostras e laudos prontos, antes mesmo da publicação do edital.
Visando comprovar o alegado, a Representante acostou aos autos o Edital (peça 4).
Em decorrência do exposto, ao final requer (Peça 3, fl. 6):
Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:
a) O recebimento da presente representação e o deferimento da cautelar para suspender o processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2025, na fase em que se encontrar, até análise do mérito da presente representação.
b) A citação/intimação dos Representados, para que caso queiram apresentem manifestação, e que, seja intimado o digno representante do Ministério Público de Contas;
c) No mérito, requer-se, que com fundamento nos princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e do dever de planejamento, todos previstos na Lei nº 14.133/2021, seja determinada a retificação do edital, contemplando as seguintes medidas:
• Alteração das especificações direcionadoras para especificações comuns de mercado; adequação das tolerâncias técnicas para composição de malhas e cores;
• Sucessivamente, em caso de entendimento pela manutenção das especificações direcionadoras, que seja concedido o prazo de 50 dias úteis para que as licitantes possam produzir os referidos itens uniformes com as especificações editalícias, incomuns de mercado e emissão de laudos técnicos;
• A republicação do edital com as correções necessárias, garantindo a ampla competitividade e isonomia entre os licitantes.
É o relatório.
Compulsando os autos, a matéria objeto deste feito já foi devidamente protocolada nos autos da Representação da Lei de Licitações n.º 64109-3/25, estando o feito atualmente em fase de manifestação preliminar do Município de Colombo.
Nessa senda, considerando a identidade de objetos entre ambos os feitos, com fundamento no art. 364, caput, do Regimento Interno[3], determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que promova o APENSAMENTO destes àquela Representação da Lei de Licitações n.º 64109-3/25 — essa última deverá figurar como processo principal.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. REPRESENTANTE.
2. REPRESENTADA.
3. Art. 364. O apensamento é a vinculação de um processo a outro, determinado pelo Relator, para fins de análise e decisão única, de modo uniforme para os processos apensados.

PROCESSO N.º: 641093/25
ORIGEM: MUNICIPIO DE COLOMBO
INTERESSADOS: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, MUNICIPIO DE COLOMBO
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1386/25

Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, cumulada com pedido de liminar, apresentada por BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.[1], referente ao Pregão Eletrônico n.º 57/2025, Processo Administrativo n.º 144/2025, realizado pelo Município de Colombo[2], cujo objeto era o "Contratação de empresa especializada para o fornecimento através do Sistema de Registro de Preços, de Uniformes Escolares, com entrega ponto – a – ponto para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Colombo". (Peça 4, fl. 1).
A Representante alega, em síntese, que foram praticados atos que lesaram gravemente a competitividade e os princípios da isonomia, da razoabilidade e da ampla participação, pois a exigência contida no edital que determina a apresentação de laudos técnicos com data máxima de emissão até 01.01.2023 configuraria uma restrição indevida à competitividade, o que teria criado uma situação em que se favoreceu aqueles licitantes que já possuíam laudos emitidos após a referida data e excluindo empresas cujos laudos, embora anteriores, permanecem válidos e tecnicamente compatíveis.
Também afirma que a exigência de laudos de cor baseados exclusivamente no padrão DELTA, em detrimento de sistemas amplamente utilizados como Pantone também seria uma restrição indevida à competitividade e à razoabilidade do edital.
Além disto, também pede a retificação do edital, pois na tabela de laudos foi solicitado meia-malha na cor amarela com composição 80% viscose + 20% poliamida, porém essa composição não teria aparecido no descritivo dos itens.
Por fim, a Representante pleiteia que ocorra o recebimento a representação e que determine em sede de medida cautelar a suspensão do certame.
Visando comprovar o alegado, a Representante acostou aos autos o Edital e a impugnação realizada (peças 4, 5 e 6).
Em decorrência do exposto, ao final requer (Peça 3, fl. 3):
Ante o exposto, requer-se:
a) Liminarmente a suspensão do certame;
b) No mérito a procedência da representação para declara a nulidade da contratação;
c) Alternativamente, a retificação do edital, retirando a exigência de laudos DELTA;
d) Aumentar a margem de variação para pelo menos de pelo menos 8%;
e) Retirar o prazo de validade dos laudos
f) Retificar a exigência quanto a composição 80% viscose + 20% poliamida, porém que não consta no descritivo dos itens.
É o relato.
Inicialmente, conforme Despacho n.º 1385/25 - GSFSC, proferido nos autos do Representação de Lei de Licitações n.º 56600-8/25, a matéria objeto do referido feito possui identidade de objeto com este feito, e com fundamento no art. 364, caput, do Regimento Interno[3], determinei o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que promova o apensamento dos autos do Processo n.º 64428-9/25 neste processo, sendo este o processo principal.
Preliminarmente ao juízo de admissibilidade do feito, com fundamento nos arts. 404 e 405 do Regimento Interno[4], encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a INTIMAÇÃO, por meio eletrônico e por telefone, certificando-se nos autos, o Município de Colombo, na pessoa de seu representante legal e o Pregoeiro do Pregão Eletrônico n.º 57/2025 - Processo Administrativo n.º 144/2025, para que apresentem, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestação preliminar quanto às alegações constantes na presente Representação e na Representação n.º 64428-9/25, apensada aos autos conforme Despacho n.º 1385/25 - GSFSC, juntando aos autos toda a documentação que entender pertinente a fim de esclarecer o apontamento de irregularidade ora tratado.
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade e análise do pedido cautelar.

Curitiba, 9 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. REPRESENTANTE.
__2__. REPRESENTADO(A).
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.
Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:
I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;
II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;
III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;
IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;
V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.
__3__. Art. 364. O apensamento é a vinculação de um processo a outro, determinado pelo Relator, para fins de análise e decisão única, de modo uniforme para os processos apensados.
__4__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.
Art. 405. A intimação para resposta prévia ou cumprimento da medida cautelar será encaminhada por e-mail ou comunicada por telefone, iniciando-se a contagem do prazo a partir da certificação da sua realização.
§ 1º As intimações de que trata o caput poderão ser encaminhadas por outros meios tecnológicos ou digitais idôneos, conforme disposto em Instrução Normativa.
§ 2º As intimações de que trata o caput não serão realizadas por comunicação processual eletrônica ou ofício com aviso de recebimento, exceto no caso de impossibilidade material devidamente certificada pela Diretoria de Protocolo.

PROCESSO N.º: 647148/25
ORIGEM: ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS
INTERESSADOS: ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS
PROCURADORES:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO N.º: 1389/25

Tratam os autos de Requerimento Externo instaurado com a finalidade de incluir os procuradores nomeados nas peças 5 e 6 nos autos de Homologação de Recomendações n.º 382748/25, que correm em sigilo neste Tribunal de Contas.
Deste modo, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que promovam a inclusão dos referidos procuradores naquele feito, conforme solicitado. Ainda, para que realizem a inclusão de cópia do presente requerimento externo naquele processo de Homologação de Recomendações.
Posteriormente, autorizo o encerramento deste processo, nos termos do artigo 16, inciso LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e seu respectivo arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO N.º: 286796/24
ORIGEM: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADOS: COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, F.S. TERRAPLANAGEM LTDA, GABRIEL WOOD, IVANI FERREIRA DOS SANTOS, J. M. F. SILVA & CIA LTDA, LUIZ GUSTAVO LEME, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, RAPHAEL MARCONDES KARAN, RECICLE AQUI GESTAO DE RESIDUOS LTDA, RENATO GALVÃO CARRILLO, RODOLFFO GARDINI FAGUNDES, S.W. SOLUÇÕES EM FERRAGENS LTDA., SERGIO DE SOUZA PORTELA, TAUILLO TEZELLI, VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
PROCURADORES: LUIZ GUSTAVO LEME, RENATO GALVÃO CARRILLO, RODOLFFO GARDINI FAGUNDES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 1420/25

Trata-se de pedido de concessão de nova medida cautelar formulado pela empresa Paviservice Engenharia e Serviços Ltda. (peças 134/139), nos autos da Representação da Lei de Licitações n.º 286796/24, que versa sobre a Concorrência Pública n.º 003/2024 promovida pelo Município de Campo Mourão, cujo objeto consiste na contratação de empresa para execução dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, abrangendo coleta, transporte, tratamento e destinação final, por meio de Parceria Público-Privada (concessão administrativa), com prazo contratual de 30 (trinta) anos e valor global superior a R$ 1 bilhão.
Em decisão anterior, esta Corte de Contas, por meio do Acórdão n.º 475/25 – Tribunal Pleno (peça 126), homologou medida cautelar que suspendeu integralmente o certame, reconhecendo a existência de um conjunto de vícios graves e insanáveis que comprometiam a legalidade e a competitividade do procedimento licitatório.
Entre as irregularidades constatadas, destacaram-se: (i) ausência de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira (EVTE) e de adequada transparência na fase de planejamento; (ii) exigências desproporcionais de qualificação técnica e econômico-financeira, que restringiam a competição; (iii) aglutinamento indevido de objetos e utilização de critérios de julgamento sem justificativa técnica; (iv) omissão de obrigações legais como a implantação de programa de integridade (art. 25, §4º, da Lei n.º 14.133/21); e (v) descumprimento de normas ambientais e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual n.º 20.607/21).
Na sequência, o Município requereu a revogação da medida cautelar, aduzindo que esta teria sido superada em razão de decisão judicial proferida no Mandado de Segurança n.º 0008807-71.2024.8.16.0058, tramitado na Comarca de Campo Mourão (peças 128/130).
Contudo, conforme amplamente demonstrado pela Representante e confirmado nos autos do Acórdão n.º 0118738-86.2024.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do TJPR (peça 130), a mencionada ação foi extinta sem julgamento do mérito, por decadência e ilegitimidade ativa da impetrante, sem qualquer análise sobre a legalidade do edital ou determinação de levantamento da cautelar deste Tribunal. Logo, a decisão judicial não interfere na competência desta Corte de Contas, nem revoga os efeitos da cautelar deferida através do Acórdão n.º 475/25-STP, que permanece válido e eficaz.
Ocorre que, mesmo diante da suspensão expressa e vigente da Concorrência n.º 003/2024, o Município de Campo Mourão publicou novo edital – Pregão Eletrônico n.º 98/2025 (peça 137) – com sessão designada para o dia 20 de outubro de 2025, cujo objeto corresponde substancialmente ao mesmo já abrangido pela licitação suspensa: contratação de pessoa jurídica especializada para gestão adequada de serviços essenciais à limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, através da realização dos serviços de varrição e disponibilização de equipes permanentes, coleta e transporte dos resíduos domiciliares e recicláveis, operação e manutenção de aterro sanitário.
A Representante sustenta que o Município, ao deflagrar novo certame com idêntico escopo e natureza, teria incorrido em manobra administrativa destinada a contornar a decisão cautelar vigente, praticando ato de descumprimento de ordem judicial-administrativa desta Corte, o que caracteriza grave ofensa ao dever de observância das decisões do Tribunal de Contas e potencial violação do art. 87, inciso IV, do Regimento Interno.
É o relatório.
Após detida análise dos elementos constantes dos autos, verifico que assiste razão à Representante em suas alegações. Explico.
A controvérsia cinge-se à verificação da legalidade da conduta do Município de Campo Mourão ao instaurar novo procedimento licitatório (Pregão Eletrônico n.º 98/2025) para objeto substancialmente idêntico ao da Concorrência Pública n.º 003/2024, enquanto subsiste medida cautelar vigente determinando a suspensão integral do certame anterior.
1. Identidade de objeto e continuidade indevida
Da análise comparativa dos editais acostados aos autos, constata-se que o novo Pregão Eletrônico n.º 98/2025 mantém a mesma estrutura de contratação e o mesmo escopo material, abrangendo a coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, varrição de vias públicas, operação e manutenção do aterro sanitário, bem como a gestão integrada dos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos.
Portanto, ainda que a Administração tenha alterado a modalidade licitatória — de Concorrência Pública para Pregão Eletrônico —, a identidade de objeto é inequívoca, evidenciando uma reformulação apenas formal do procedimento anteriormente suspenso.
Tal conduta afronta diretamente o comando do Acórdão n.º 475/25-STP, que determinou, de maneira expressa, a suspensão total da Concorrência n.º 003/2024 "no estado em que se encontra, até o julgamento de mérito", impedindo a prática de qualquer ato que implique a continuidade ou substituição da contratação questionada.
2. Descumprimento potencial da decisão cautelar
Consoante o disposto no art. 282, §1º, do Regimento Interno, as medidas cautelares concedidas por esta Corte possuem efeito vinculante e imediato, devendo ser integralmente observadas pelos jurisdicionados até que sobrevenha decisão revogatória ou julgamento de mérito.
A deflagração de novo procedimento licitatório de mesmo objeto e finalidade, ainda que sob modalidade diversa, viola a essência da determinação de suspensão, caracterizando ato administrativo em potencial descumprimento de ordem emanada deste Tribunal.
O comportamento do Município, portanto, contraria os princípios da boa-fé, da legalidade e da lealdade institucional, podendo, inclusive, ensejar multa pessoal aos responsáveis, nos termos do art. 87, inciso III, "f", inciso IV, "g" e §7º do Regimento Interno desta Corte, por descumprimento de decisão cautelar.
3. Persistência do fumus boni iuris e do periculum in mora
Os fundamentos que embasaram a concessão da cautelar anterior permanecem inalterados, já que os vícios estruturais e restritivos do edital original não foram sanados; o novo procedimento mantém o mesmo escopo técnico; e há iminência de abertura da sessão pública em 20 de outubro de 2025, o que demonstra a urgência e o risco concreto de dano grave e de difícil reparação ao erário, caso a medida não seja restabelecida.
Dessa forma, encontram-se novamente presentes os pressupostos do fumus boni iuris (plausibilidade jurídica da tese de descumprimento) e do periculum in mora (iminência de lesão irreversível à ordem administrativa e ao interesse público).
Diante do exposto, com fundamento nos arts. 282, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, bem como à vista dos elementos constantes dos autos, DEFIRO o novo pedido de medida cautelar formulado por Paviservice Engenharia e Serviços Ltda., nos seguintes termos:
1) Determino a suspensão imediata de todos os atos relativos ao Pregão Eletrônico nº 98/2025, promovido pelo Município de Campo Mourão, incluindo o recebimento de propostas, realização de sessões públicas, julgamento e eventual adjudicação, até ulterior deliberação deste Tribunal, mantendo-se integralmente os efeitos do Acórdão n.º 475/25-STP;
2) Intime-se o Município de Campo Mourão, com urgência e prioridade máxima, por meio eletrônico e por telefone, através de seu representante legal, para que apresente manifestação formal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da ciência deste despacho, acerca da abertura do Pregão Eletrônico n.º 98/2025, esclarecendo: (a) as razões que motivaram a instauração do novo procedimento licitatório; (b) as eventuais diferenças entre o objeto do pregão e o da Concorrência Pública n.º 003/2024; e (c) as providências adotadas para o cumprimento da medida cautelar vigente.
Ressalte-se que a instauração de nova licitação de idêntico objeto não deveria ter ocorrido enquanto vigente a suspensão determinada por esta Corte, razão pela qual a manifestação municipal é indispensável para a apuração de eventual descumprimento.
3) Advirta-se o Chefe do Poder Executivo Municipal, o Presidente da Comissão de Licitação e demais agentes responsáveis de que o descumprimento desta decisão cautelar configurará violação direta de ordem deste Tribunal, sujeitando os

responsáveis à multa prevista nos termos do art. 87, inciso III, "f", inciso IV, "g" e §7º do Regimento Interno desta Corte[1], sem prejuízo de outras sanções administrativas e legais cabíveis.
4) Desta forma, encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a INTIMAÇÃO do Município de Campo Mourão, na pessoa de seu representante legal, com fundamento nos artigos 404-A e 405, ambos do Regimento Interno[2], por meio eletrônico e por telefone, certificando-se nos autos, para ciência e cumprimento imediato desta cautelar.
Publique-se.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014).
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;
§ 7º O Tribunal poderá fixar multa diária nos casos de descumprimento de medidas cautelares, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito, nos termos previstos no Código de Processo Civil. (Incluído pela Lei Complementar n. 213/2018).
2. Art. 404-A. Adotada a medida cautelar, o Relator determinará ao responsável seu cumprimento imediato ou fixará prazo hábil para a adoção das providências necessárias. Art. 405. A intimação para resposta prévia ou cumprimento da medida cautelar será encaminhada por e-mail ou comunicada por telefone, iniciando-se a contagem do prazo a partir da certificação da sua realização.
§ 1º As intimações de que trata o caput poderão ser encaminhadas por outros meios tecnológicos ou digitais idôneos, conforme disposto em Instrução Normativa. § 2º As intimações de que trata o caput não serão realizadas por comunicação processual eletrônica ou ofício com aviso de recebimento, exceto no caso de impossibilidade material devidamente certificada pela Diretoria de Protocolo.

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 653083/25
ENTIDADE: MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
INTERESSADO: EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
PROCURADOR: ELIZA TIYOKO CAVALCANTE TRAUCZYNSKI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1830/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, formulada por EDULAB - COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA contra o MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, na qual relata supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n. 35/2025.
O objeto do certame é a "aquisição de uniformes escolares para todos os alunos, com padronização, conforto e igualdade em atendimento integral dos estudantes da rede municipal de ensino de Clevelândia".
O valor total máximo da contratação é de R$ 3.995.053,26 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, cinquenta e três reais e vinte e seis centavos), no sistema de registro de preços, pelo prazo de 12 meses. O critério de julgamento será pelo menor preço por lote, com sessão de abertura e julgamento das propostas agendada para 15/10/2025.
A Representante sustenta que, embora tenha interesse legítimo em participar do certame, identificou cláusulas que comprometem a competitividade e a isonomia entre os licitantes, configurando possível direcionamento da licitação.
O principal ponto de controvérsia reside na exigência do edital da apresentação de amostras dos uniformes em prazo exíguo, de apenas 10 dias. Além do curto prazo, a Representante informa que o termo de referência impõe cláusula abusiva para que os uniformes apresentados sejam submetidos à análise de cor pelo sistema Delta E. Tal exigência, segundo a Representante, é tecnicamente inexequível, pois o processo de desenvolvimento das malhas com a tonalidade exata demanda diversas tentativas laboratoriais e ajustes, além da emissão de laudos técnicos, o que, em condições normais de mercado, leva em média 120 dias.
Ademais, comunica que o próprio prazo mínimo para análise laboratorial da cor, conforme exigência do edital para apresentação de laudo técnico, é de dez dias úteis, o que já ultrapassaria o limite estabelecido pelo Município.
A Representante argumenta que a adoção do sistema Delta E, em detrimento do sistema Pantone, amplamente utilizado no mercado nacional, impõe uma barreira técnica injustificável, sem qualquer ganho efetivo para a qualidade dos produtos e para o interesse público. Enquanto o sistema Delta E demanda equipamentos laboratoriais especializados e tempo elevado de desenvolvimento, o sistema Pantone permite correspondência visual imediata, com tolerância comercial, sendo suficiente para garantir a padronização e a qualidade dos uniformes escolares.
Indica, ainda, que a exigência de um código de cor específico, que não corresponde ao padrão Pantone usualmente adotado em licitações, reforçaria o caráter técnico e restritivo da cláusula, tornando inviável a participação de empresas que não tenham previamente desenvolvido e certificado os produtos exigidos, favorecendo empresas que já possuam as amostras e laudos prontos antes mesmo da publicação do edital. Assim, a exigência editalícia não apenas se mostraria desproporcional, como também feriria os princípios da razoabilidade, da isonomia e da ampla competitividade, todos expressamente elencados na Lei n. 14.133/2021.
Por fim, requer a suspensão cautelar do Pregão n. 35/2025, com a retificação do edital para excluir a exigência de análise por sistema Delta E ou, alternativamente, da ampliação do prazo para entrega das amostras para no mínimo 120 dias. Caso não seja possível a correção, pleiteia a declaração de nulidade do edital e de seus efeitos, com a abertura de novo processo licitatório nos termos apresentados.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Em consulta ao Portal da Transparência do Município de Clevelândia,[1] verifico que a sessão estava previamente agendada para o dia 14/10/2025. Após impugnações, o edital foi alterado em diversos itens, sendo a sessão adiada para o dia 15/10/2025.
Entre as alterações realizadas, constato que o prazo para apresentação das amostras foi alterado para 10 dias úteis, "contados a partir da convocação para a licitante classificada em primeiro lugar."[2] Nas alterações que versam sobre a qualificação técnica e habilitação, verifico que a exigência de laudo foi alterada da seguinte forma: "exigência dos laudos e certificações (ABNT ou equivalentes) passa a ser requerida apenas da licitante vencedora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação."
III. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 horas, apresente manifestação em relação aos pontos mencionados neste processo, especialmente sobre a suposta exigência de apresentação de amostras em prazo exíguo, com aferição de cor pelo Sistema Delta E, especificando se as retificações do edital comportam os pontos apresentados pela Representante, informando, ainda, o andamento do certame.
IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação na forma prevista no §8º do art. 381 do Regimento Interno[3].
V. Após, voltem-me conclusos.
VI. Publique-se.
Gabinete, 13 de outubro de 2025.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. https://clevelandia.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo
2. Ato de Retificação II
3. § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

PROCESSO N°: 654691/25
ENTIDADE: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
INTERESSADO: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1831/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, formulada por EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, contra o CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, na qual noticia irregularidades no Pregão Eletrônico n. 004/2025, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a "escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos de robótica educacional que envolvam a construção, mecanização, programação e automação de protótipos, com o fornecimento de materiais paradidáticos, serviço de capacitação e assessoramento para atender alunos da Pré-Escola e Ensino Fundamental de 1º a 5º ano, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado".
O valor da contratação foi estimado em R$ 110.000.345,55 (cento e dez milhões, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).
A sessão pública foi agendada para ocorrer no dia 15/10/2025, às 09:00 horas.
Sustenta que há no edital exigências excessivamente técnicas, para os sete kits de robótica, incluindo medidas e quantidades exatas dos componentes, que não possuem qualquer justificativa técnica ou pedagógica.
Como exemplo, destaca o kit destinado ao Infantil IV exige 10 eixos de transmissão com comprimentos específicos (como 40, 60, 80 mm, etc.), 6 blocos de montagem em formato de manivela, e componentes eletrônicos com invólucro exato de 4 cm x 4 cm x 2 cm e conectores magnéticos polarizados.
Da mesma forma, alega que o edital prevê excesso de kits de robótica por nível de ensino. O edital prevê a aquisição de sete kits distintos, um para cada ano de ensino (do Infantil IV ao 5º ano).
Explica que a aquisição de um kit específico para cada ano não seria necessária, pois os kits de robótica geralmente são adequados para um segmento etário amplo, podendo ser compartilhados entre diferentes anos de ensino.
Diz que, a aquisição nos moldes como está posto, pode resultar em custos mais elevados sem ganho pedagógico proporcional, e cria desafios operacionais e logísticos para a formação de professores e para o armazenamento ou reposição de peças nas escolas.
Entende que as exigências excessivas, e a aglutinação dos sete kits em lote único, direcionam a contratação à compra dos produtos da marca Maker Robotics, restringindo a participação de fornecedores que ofereçam kits equivalentes ou somente alguns dos kits licitados.
Ainda, argumenta que o edital exige a certificação pelo INMETRO, mas omite a obrigatoriedade da homologação pela ANATEL para equipamentos que utilizam comunicação sem fio.
O Termo de Referência indica que, a partir de 2028, serão introduzidas atividades plugadas nos anos seguintes, já com tablets ou chromebooks. Isso demonstra que haverá, necessariamente, comunicação sem fio (radiofrequência, Bluetooth ou Wi-Fi) entre os kits e os dispositivos eletrônicos.
Afirma que a homologação dos controladores e módulos de comunicação pela ANATEL é, portanto, obrigatória, conforme a Resolução nº 715/2019, e deve ser incluída no edital para garantir que os equipamentos operem dentro dos parâmetros técnicos permitidos.
Ao fim, requer a concessão de medida cautelar para suspensão do certame.
No mérito, pugna pela procedência da representação para declarar a nulidade de contratação, ou, alternativamente, pela suspensão liminar, para que seja elaborado novo estudo técnico preliminar e revisão do descritivo de forma a possibilitar kits que

possam ser atendidos por diversos interessados.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, intime-se o CIEDEPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 (quarenta a oito) horas, se manifeste a respeito das alegações constantes da representação, especialmente quanto à alegação do excesso de especificação dos itens sem a devida justificativa e a necessidade de lote único para aquisição dos itens, bem como promova a juntada da documentação que entender pertinente ao esclarecimento dos fatos.
O prazo de 48 horas se justifica pela iminência da abertura da sessão, que ocorrerá às 9h do dia 15/10/2025.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação na forma prevista no § 8º do art. 381 do Regimento Interno[1].
IV. Após, voltem-me conclusos.
V. Publique-se.
Gabinete, 13 de outubro de 2025.
MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. § 8º Nos processos que envolvem medida cautelar, a intimação para cumprimento ou resposta prévia será realizada por servidor da Diretoria de Protocolo oficialmente designado pelo Presidente, que procederá à comunicação mediante o uso de recursos tecnológicos previstos neste Regimento ou em Instrução Normativa, considerando-se a intimação perfeita com a respectiva certificação nos autos.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº:-640704/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IBAITI
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE IBAITI
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 93/25
Pedido de Certidão Liberatória. Município de Ibaiti. Regularização comprovada. Manifestações favoráveis das unidades técnicas e do Ministério Público De Contas. Deferimento.
Trata-se de requerimento encaminhado pelo Interessado, visando à obtenção de Certidão Liberatória para fins de transferências voluntárias ao Município de Ibaiti, instaurado com fundamento no § 1º do art. 297 do Regimento Interno[1].
Em síntese, o jurisdicionado sustenta a impossibilidade de emissão automática da certidão liberatória, em razão da existência de pendência decorrente do Acórdão nº 3198/2023 – STP, que julgou irregulares as contas referentes à Tomada de Contas Extraordinária instaurada no Processo nº 718680/22. Aduz, contudo, que houve alteração na gestão municipal, com a assunção de novo Chefe do Poder Executivo, o qual promoveu a quitação da multa aplicada. Assevera, ainda, que já havia autorização de liberação proferida pelo Relator no Processo nº 316371/16. Por derradeiro, sustenta que a penalidade imposta ao atual gestor foi integralmente cumprida.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS) se manifestou favoravelmente ao deferimento do pedido, conforme Instrução nº 1579/25 – CCONTAS (Peça nº 5). A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE), por meio da Instrução nº 2778/25 (Peça nº 6), também considerou a entidade apta a obter a Certidão Liberatória pleiteada.
Nos termos da Informação nº 5755/25 – CMEX (Peça nº 7), a Coordenadoria de Medidas Executórias, constatou que a multa imposta foi integralmente recolhida, conforme a Certidão de Quitação de Débito n. 252/24 - CMEX (peça nº 740). Constatou, ainda, que a única pendência a impedir a emissão automática da certidão, de responsabilidade do ente municipal e de seu gestor, é o registro de julgamento pela irregularidade das contas, razão pela qual concluiu pela possibilidade da concessão excepcional da certidão liberatória.
A 1ª Procuradoria de Contas do Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1012/25 (peça nº 8), opinou pelo deferimento da certidão liberatória requerida.
É o relatório.
Tendo em vista a incidência art. nº 292-A do Regimento Interno no caso concreto e em face da uniformidade dos pareceres das unidades instrutivas e do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 297, §2º, do Regimento Interno, DEFIRO o pedido de Certidão Liberatória formulado pelo Município de Ibaiti.
Assim, após a publicação desta decisão, remeta-se os autos à Diretoria Geral deste Tribunal para a adoção das medidas necessárias à emissão eletrônica da Certidão Liberatória ora deferida.
Após, retornem conclusos para que se aguarde o trânsito em julgado desta decisão.
Em seguida, encaminhe-se o processo para a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) em atenção ao art. 175-L, IX, do Regimento Interno.
Por fim, remeta-o para a Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento em observância ao art. nº 398, §1º, do Regimento Interno.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. Art. 297. Na hipótese de não emissão da certidão liberatória pelo sistema informatizado, o interessado poderá pleiteá-la mediante requerimento devidamente protocolado, que será autuado, distribuído a Relator e após a sua instrução, submetido ao órgão julgador competente, observando, se for o caso, o disposto no art. 429, § 4º, V.
§ 1º O pedido de certidão tramitará em regime de urgência e será instruído pelas Coordenadorias de Medidas Executórias, de Contas e de Acompanhamento de Atos de Gestão, sendo, após, ouvido o Ministério Público de Contas. (Redação dada pela Resolução nº 131/2025).

PROCESSO N º:-608908/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE LONDRINA
INTERESSADO:-ESTRUTURAL EVENTOS LTDA, JOSE TIAGO CAMARGO DO AMARAL, MUNICÍPIO DE LONDRINA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1429/25
DESPACHO
Retornam os presentes autos a este gabinete em razão da manifestação do município às peças 24 a 26.
Apesar da referida manifestação, não foi encaminhado o documento, mencionado à peça 26, "Ata de Reunião da Sessão Pública (SEI nº 16737649) de hoje (06/10/2025) que descreve as justificativas apresentadas pelas empresas vencedoras, assim como a planilha detalhada (16738317) com os valores negociados com as Empresas ANDRÉ LUIZ MARQUES JOVANOVICH SONORIZAÇÃO ME, representado por André Luiz Marques Jovanovich e a empresa ESTRUTURAL EVENTOS LTDA, representado por RIVELINO LOPES RIBEIRO, para conhecimento e demais providências.".
Dessa maneira, antes de qualquer deliberação, os autos devem ser encaminhados à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, realizar a intimação do responsável legal do Município de Londrina, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o documento faltante e demonstre didaticamente que a nova contratação não gerou prejuízos ao erário comparando os preços auferidos na licitação anulada e a nova licitação realizada.
Publique-se.
Gabinete, em 10 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-646680/25
ORIGEM:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO:-Art. 33 da lei complementar nº 113/05
ASSUNTO:-DENÚNCIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1431/25
DESPACHO
Trata-se de denúncia, formulada por S.T.E.P.C em face do MUNICÍPIO C, nos termos dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar 113/2005, alegando que o denunciante, não teria reajustado o piso do magistério municipal.
Afirma o denunciante que o piso nacional foi reajustado em janeiro e até o presente momento o denunciado não o teria implantado ao magistério local.
Em um primeiro momento, entendo que seja necessária a oitiva prévia do Município, uma vez que não há nos autos documentos que sejam suficientes para, de imediato, receber a denúncia.
Assim, com fundamento no Art. 404 do Regimento Interno deste Tribunal, julgo conveniente a realização de oitiva prévia do Município de C.
Em vista disso, remeta-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por ofício, o Município de C., na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem manifestação prévia acerca da presente denúncia.
Após, retornem os autos para deliberação.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-638548/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-FERNANDA MARTIN DEL CAMPO FURLAN, FREDERICO DE CASTRO BORIM, LUIZ CARLOS DE CAMARGO JUNIOR
DESPACHO:-1432/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação apresentada nos termos do art. 170, §4º, da Lei Federal n.º 14.133/24[1], formulada pela empresa SIMPRESS, COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA em face do MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE em razão de possível irregularidade no Pregão Eletrônico nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 02/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em outsourcing de equipamentos de informática, tais como: computadores, notebooks, workstations, tablets e chromebooks.
Em síntese, a representante alega que, processada a fase de lances do certame, foi inicialmente habilitada para o Lote 01, porém, na etapa recursal, teve sua proposta desclassificada em razão de adequação do equipamento ofertado.
Aduz ainda que a empresa vencedora após a etapa de recursos, Microsens, também realizou a adequação do equipamento ofertado, que, portanto, seria desarrazoada a desclassificação da representante.
Ao final, foi requerido o recebimento desta representação, a determinação ao município para que preste informações, o reconhecimento de irregularidade do ato de desclassificação da proposta da representante, bem como a revisão dos atos administrativos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 02/2025, com o consequente restabelecimento da habilitação e classificação da proposta da SIMPRESS para o Lote 01.
É o breve relatório.
Com fundamento no artigo nº 32, incisos I e XII do Regimento Interno[2], julgo conveniente a oitiva do MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE previamente à análise do juízo de admissibilidade.
Em vista disso, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para adoção das seguintes providências:
a) INTIMAR, na forma indicada no caput do art. 405 do Regimento Interno[3], o MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente manifestação prévia quanto ao conteúdo do que foi relatado na Peça nº 3 desta Representação da Lei de Licitações;
b) INTIMAR, na forma indicada no caput do art. 405 do Regimento Interno, o MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, na pessoa de seu representante legal, para que atenda, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, as seguintes de DILIGÊNCIAS: (i) cópia integral do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 02/2025, anexos, bem como todos os demais documentos referente às fases internas e externas do certame, em especial aqueles relacionados à análise da adequação técnica das propostas dos licitantes; e (ii) em atenção aos artigos 20 e 21 da LINDB e ao art. 171, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o jurisdicionado deverá relatar, na medida do possível, quais seriam as prováveis consequências de ordem prática

decorrentes de decisão deste Tribunal que venha a suspender o Pregão Eletrônico nº 02/2025, anexando elementos probatórios que suportem as respectivas declarações.
Para além, deve constar na comunicação processual que a sonegação de informações e de documentos requisitados por este Tribunal constitui ilícito administrativo passível de ser punido na forma da alínea "b" do inciso I do artigo nº 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[4].
Após, retornem os autos a este gabinete para deliberação.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

__1__. Art. 170.
[...]
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
I - presidir a instrução do feito, determinando todas as providências e diligências, e proferindo as decisões preliminares necessárias àquele fim, respeitados os atos normativos do Tribunal;
[...]
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
__3__. Art. 405. A intimação para resposta prévia ou cumprimento da medida cautelar será encaminhada por e-mail ou comunicada por telefone, iniciando-se a contagem do prazo a partir da certificação da sua realização.
__4__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
[...]
b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

PROCESSO N º:-650424/25
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
INTERESSADO:-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, VIASAT PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1433/25
Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa VIASAT PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. em face da SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, dando conta de possível irregularidade no procedimento licitatório de Credenciamento promovido pelo Edital de Chamamento Público nº 01/2025, cujo objeto é o "Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços profissionais de engenharia e arquitetura visando a contratação de elaboração de projetos básico e executivo para pavimentação de vias urbanas no Estado do Paraná, conforme Orçamento Referencial do Termo de Referência - TR (Anexo I)", com valor global estimado de R$ 179.966.614,66.
A representante aponta como irregularidades: 1. Orçamento por quilometro sem considerar largura da via e outros itens efetivamente demandados, como calçadas, ciclovias, obras complementares e interferências; 2. Previsão de distribuição de demandas por sorteio, sem critérios objetivos de desempate; 3. Exigência de garantia contratual por título de capitalização, o que não encontra previsão legal; 4. Exigência de índice de patrimônio líquido ou valor mínimo fixo sem fundamentação técnica e apresentação de memória de cálculo; 5. Previsão de pagamentos em 30% e 70% do valor da contratação desvinculada das entregas e sem relação com o esforço técnico realizado (topografia, drenagem, sinalização); 7. Ausência de regras claras quanto à aplicação da legislação que assegura tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas; 8. Fixação de prazo inferior ao legal para apresentação de impugnação ao edital; 9. Fixação de critérios subjetivos para avaliação de desempenho. 10. Incompletude da matriz de riscos, que não contempla riscos centrais (largura variável, ausência de calçadas, interferências); 10. Ausência de disposição clara sobre a prorrogação do credenciamento; e 11. Orçamento elabora de forma global sem detalhamento com memória de cálculo por lote.
Dante das irregularidades requereu, em sede de cautelar, a suspensão do certame e, no mérito, a republicação do edital com a correção das irregularidades apontadas.
A representação está instruída apenas com o edital do certame e seus anexos.
É o suscinto relatório.
Primeiramente, entendo relevante consignar que a presente Representação da Lei de Licitações foi distribuída por dependência ao processo nº 618342/25, que possui objeto mais amplo ao questionar a legalidade do uso do credenciamento para o objeto pretendido, cuja pertinência do apensamento para trâmite em conjunto será analisada oportunamente.
Além disso, inexiste qualquer documento instrutivo componente do processo licitatório, bem como não foram apresentados atos constitutivos da empresa representante, especificamente documento que demonstre ter o Sr. GLAUCIO DE SOUZA FERNANDES poderes para representá-la.
Ademais, considerando providência já adotada naquele processo, previamente à análise do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade entendo que deve ser oportunizada a manifestação prévia da entidade para que preste esclarecimentos sobre o objeto da representação, bem como para que junte aos autos a íntegra do processo licitatório, além da documentação complementar que entender pertinente, nos termos do art. 404[2] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
Não somente, considerando que se trata de entidade sob supervisão da 5ª Inspetoria de Controle Externo, entendo oportuno cientificar aquela unidade técnica acerca da existência da presente representação, para que informe acerca da existência de processo fiscalizatório sobre seu objeto e, caso entenda pertinente, manifeste-se sobre a admissibilidade da representação e seu pedido cautelar.
À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para
1. INTIMAR, por comunicação eletrônica e/ou e-mail, com ciência imediata por contato telefônico e certificação nos atos, a SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei de Licitações e junte a íntegra do processo administrativo de Credenciamento promovido pelo Edital de Chamamento Público nº 01/2025, (fases interna e externa).
2. INTIMAR a representante, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos documento que demonstre ter o Sr. GLAUCIO DE SOUZA FERNANDES poderes para representar a empresa, bem como documento de identificação.
Após, encaminhem-se os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo, para CIÊNCIA da presente representação, bem como para que INFORME acerca da existência de processo fiscalizatório sobre seu objeto e, caso entenda pertinente, MANIFESTE-SE sobre a admissibilidade da representação e seu pedido cautelar
Após, regressem.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

__1__. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-634437/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE JAPURÁ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE JAPURÁ
ASSUNTO:-CONSULTA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-1434/25
DESPACHO
Trata-se de consulta formulada pela Sra. Adriana Cristina Polizer, Prefeita do Município de Japurá, por meio da qual solicita manifestação deste Tribunal de Contas acerca da possibilidade e viabilidade legal de o Município efetuar repasse mensal no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de repasse, subsídio ou ajuda de custo, com o objetivo de viabilizar a manutenção do serviço de transporte intermunicipal de Cianorte-Japurá-Cianorte.
Considerando os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 311 do Regimento Interno deste Tribunal, verifica-se a incidência do impeditivo estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do inciso V, segundo os quais a consulta que versar sobre dúvida quanto à interpretação e aplicação da legislação em caso concreto poderá ser conhecida, mas a resposta do Tribunal será sempre em tese, sendo ainda vedada a resposta quando empresa privada for, direta ou indiretamente, beneficiada.
No presente caso, a consulta trata de situação concreta e individualizada, uma vez que descreve, de forma detalhada, a intenção do Município em repassar mensalmente recursos a uma empresa privada, com o objetivo de viabilizar o serviço de transporte intermunicipal Cianorte–Japurá–Cianorte. O fato de haver um beneficiário privado afasta o caráter abstrato exigido para o conhecimento de consultas, recaindo em hipótese expressamente vedada pelo § 2º do inciso V do artigo 311 do Regimento Interno, o qual impede a emissão de pareceres ou manifestações sobre questões que possam resultar em benefício direto ou indireto a particulares. Dessa forma, a presente consulta não preenche os requisitos de admissibilidade previstos no referido Regimento.
Diante do exposto, à luz dos §§ 1º e 2º do inciso V do artigo 311 do Regimento Interno, NÃO RECEBO a consulta em epígrafe, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos.
Nos termos do artigo 313, § 1º, do mesmo Regimento, determino a devolução dos autos à origem.
Gabinete, em 13 de outubro de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.º:-544190/21
ASSUNTO:-TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MATINHOS
RESPONSÁVEIS:-EDUARDO ANTONIO DALMORA, JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.º:-485/25
Considerando que os documentos juntados pelo Município de Matinhos (peças 168 a 170) comprovam a adoção efetiva de medidas para o cumprimento das obrigações definidas no subitem 2.2 do Termo de Ajustamento de Gestão[1] (peça 91) – não integralmente adimplidas em razão de atrasos na Concorrência Eletrônica n.º 4/2025, resultantes da inabilitação das empresas licitantes mais bem classificadas –, concedo a prorrogação do prazo por 30 dias, a contar da publicação do presente despacho no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que o Município demonstre a realização de todas as atividades definidas na segunda etapa do acordo.
Encaminhem-se os autos:
1) primeiramente, à Diretoria de Protocolo para cientificação, pela via eletrônica, do MUNICÍPIO DE MATINHOS quanto ao teor do presente despacho; e
2) em seguida, à Coordenadoria de Medidas Executórias para registro do novo prazo e acompanhamento.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator

_____

__1__. "2.2. PROCESSO LICITATÓRIO Essa etapa consiste na reunião de todos os documentos técnicos pertinentes, publicação do edital de licitação, recebimento das propostas, respostas a recursos – quando houver – e assinatura do contrato. Para esta etapa, estima-se um prazo de 60

(sessenta) dias a partir da conclusão da elaboração de projeto básico e planilha orçamentária, devendo ser comprovada a execução ao Tribunal até 05 (cinco) dias após o vencimento do prazo" (página 5).

PROCESSO N.°:-192183/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
RESPONSÁVEL:-LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR
INTERESSADA:-ANA CRISTINA WOLLMANN ZORNIG JAYME
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -488/25
Com fundamento no artigo 383, inciso I, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que proceda, por meio eletrônico, à intimação do INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, na pessoa de seu atual representante legal, para que, no prazo de 15 dias, apresente razões de contraditório em face dos apontamentos contidos na peça n.° 14.
Ocorrendo decurso de prazo sem apresentação de resposta, retornem os autos a este gabinete.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°:-741309/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
RESPONSÁVEL:-MAURÍCIO ROBERTO RIVABEM
INTERESSADOS:-ANDRÉ LUIS DO VALE, EMILENE DE QUADROS, HAGDA CRISTINE LEVANDOSKI, LAURA DUDA, MAICON GAMA FERRO FERREIRA
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-489/25
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para sua manifestação.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°:-248009/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
RESPONSÁVEL:-MAURÍCIO ROBERTO RIVABEM
INTERESSADOS:-ANA PAULA SORANSO, ANDRÉ LUCIANO BASTOS, CARLOS JOÃO BIRCKOLZ, CRISTIANE SANTOS KINAP NAIRNEK, CRISTIANE WRUBLACK CUBA, DEBORA PEREIRA LEAO, ELAINE BORSOI PEREIRA, EUNICE KAISER ORTIZ, FABIANO HIRT, JERUZA MIRA COELHO, LEO CARLI NETO, MARCIA BEATRIS ALFLEN DE OLIVEIRA, MAURICIO FERRAZ DA SILVA, RAFAEL FERNANDO BRAZ, VANESSA CRISTINA DE BIASSIO
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°:-490/25
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para sua manifestação.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

PROCESSO N.°:-303449/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, ZELIA CUSTODIO BASTOS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 72/25
Aprecia-se, para fins de registro, REVISÃO DE PROVENTOS de inativação da senhora ZELIA CUSTODIO BASTOS, consubstanciada na incorporação de Adicional de Permanência, conforme Portaria n.º 10.426/25 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município em 09/04/25.
2. A aposentadoria da interessada, no cargo de Professor Pós-graduado (1º vínculo)[1], foi concedida pela Portaria n.º 3997/12 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município em 02/05/12, tendo obtido registro neste Tribunal de Contas por força da Decisão Definitiva Monocrática n.º 334/14-GATBC.
3. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da revisão de proventos, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
4. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
5. Publique-se.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
BTP

__1__. Matrícula n° 8168.01.

PROCESSO N.°:-383019/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-GUIDO CANIZIO KREUZBERG, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 73/25
Aprecia-se, para fins de registro, REVISÃO DE PROVENTOS de inativação do senhor Guido Canisio Kreuzberg, consubstanciada na incorporação de Adicional de Permanência no Serviço Público, em virtude de decisão judicial[1], conforme Portaria n.º 10.559/25 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município em 12/06/25.
2. A aposentadoria do interessado, no cargo de Assistente Administrativo, foi concedida pela Portaria n.º 4.671/14 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município em 02/07/14, tendo obtido registro neste Tribunal de Contas por força do Despacho de Homologação de Benefício n.º 7/2018-CAGE/GP, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal n.º 1909, de 17/09/18.
3. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da revisão de proventos, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
4. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
5. Publique-se.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
EA

__1__. Autos n.º 0023376-35.2022.8.16.0030, do 3º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu.

PROCESSO N.°:-323180/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JOAQUIM SILVA E LUNA, MÁRCIA BACHIXTE, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 74/25
Aprecia-se, para fins de registro, REVISÃO DE PROVENTOS de inativação da senhora Marcia Bachixte, consubstanciada na incorporação de Adicional de Permanência no Serviço Público, conforme Portaria n.º 10.484/25 da Foz Previdência, publicada no Diário Oficial do Município em 13/05/25.
2. A aposentadoria da interessada, no cargo de Professor-Nível III, foi concedida pela Portaria n.º 8.359/23[1], publicada no Diário Oficial do Município em 04/05/23, tendo obtido registro neste Tribunal de Contas por força da Decisão Definitiva Monocrática n.º 25/25, relatada pelo Conselheiro Substituto Lívio Fabiano Sotero Costa, publicada no Diário Eletrônico do Tribunal n.º 3401, de 12/03/25, e transitada em julgado em 27/03/25.
3. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da revisão de proventos, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
4. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
5. Publique-se.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
EA

__1__. A Portaria n.º 8.359/23 retificou a Portaria n.º 7.317/21, publicada no Diário Oficial do Município em 03/05/21 e julgada legal pela Decisão Definitiva Monocrática n.º 38/22-GCIZL, que, por sua vez, retificou a Portaria n.º 7.072/20, exarada em razão de decisão judicial (autos n.º 0018604-68.2018.8.16.0030, 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu), publicada no Diário Oficial do Município em 28/08/20 e julgada legal pela Decisão Definitiva Monocrática n.º 89/21-GCILB.

PROCESSO N.°:-852665/19
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
INTERESSADO:-ADMA NAYARA SILVA RIOS, ALAN FAQUES CAVALCANTI, ALTAIR DONIZETE DE PADUA, ANA CAROLINA PARLATO, ANA GABRIELA DOS SANTOS, ANA LIGIA LANDIN, ANA PAULA BEZERRA GOIS DOS SANTOS, ANA PAULA SEIBENEICHER DA SILVA, ANA SILVIA SABATINE FERREIRA, BIANCA FRASSETTO PEDRAL, BIANCA JAINE PEREIRA, CARINE BARROS DE SOUZA, CARLOS RICARDO COLMAN SCHIMMEL, CAROLINE ARANAO PASSOS, CELINA SATIE MOMOSE, CHARLES HENRIQUE PORCINO DA CUNHA, CINTHIA AUGUSTA DA SILVA MAGNONI, CLAUDETE CANIVER DE MELO SILVA, CLAUDETE DE OLIVEIRA DA SILVA, CLAUDIA APARECIDA FLECK DE OLIVEIRA PASSOS, CLAUDIO RAFAEL TEIXEIRA MARTINS, CLEISIELE GOBETTI AFFONSO, CRISTINA DINTER FORTINE, DAIANE DE OLIVEIRA, DANILO ROCHA POSSMOSER, DANUBIA SERAFIM VIEIRA GRATON, DARIANE LEMOS DE SOUZA, DENISE APOLINARIO LIMA, EDILENE FRANZOTTI SANCHES VICENTINO, EDUARDO DA SILVA ARAUJO, ELAINE APARECIDA FACHINETTE DE PADUA, ELAINE DE ANDRADE CAMARGO, ELIA DA SILVA, ELIZABETH ALVES DA SILVA, ELOISA HERBERT, EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO, FABIANA APARECIDA VARONI, FABRICIO DUIM RUFATO, FATIMA APARECIDA SABATINE SIMAO, FRANCIELE PASSAFARO, FRANCIELE TEIXEIRA DE SOUZA, FRANCIELI FERREIRA TOCHETTO, GIOVANA DA SILVA SANTOS, GISELE HERNANDES DE MENDONCA, GISLAINE DA SILVA, GLEICIANE OLGA RISSO, GRACIELLE PEREIRA DA ROCHA, HEVERTON BERRI, IANA CLARA LIMA, IRIS CRISTIANE

DE SOUZA, IVAN REIS DA SILVA, JANAINA SANTANA DA SILVA, JEFERSON ZANOVELLI NALEVAIKO, JENIFER BIANCA SCHIZATE, JESSICA BEATRIZ AVANCE, JOSIANE SCHUCK, JULIANA APARECIDA DA SILVA, JULIANA DE SOUZA, JULIANO ROMEU QUINTILIANO, LAIS EDUARDA DE OLIVEIRA, LAIS PRADO JACOMINI, LARRIN DE SOUZA DIVINO, LUCILA FERNANDA DE OLIVEIRA, LUCILENE LUZIA BARBOSA, LUCINEIA SIMAO DA ROCHA, LUIZA FRANCISCA PINHEIRO, MARCIA FERNANDA DUTRA SOARES TABORDA, MARCIA PAULA BOTER, MARCIELE CRISTINA CORREA, MARIA EDNALDA FIGUEIREDO MANCINI, MARIA LUCIA DOS SANTOS, MARLENE APARECIDA DA CUNHA, MARLI SAUER, MAURA ELIS MARTINS AVANCI, MONIQUE MOREIRA TAKAYAMA, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, NADIR NAEKO SUZUKI, NATALIE CRISTIANE ANTONIN SILVA, NEUSELI APARECIDA DA SILVA BERRI, PAMELA DENIZ DAMIAO, PATRICIA DE SOUZA CORREA, PATRICIA GRANDI, PAULO HENRIQUE PEIXOTO MOREIRA, PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA, QUESIA DE MOURA, RAFAELA CRISTINA DONADEL, SAMIS FARIAS SIMAS, SANDRA REGINA DE SOUZA, SIMONE DE SOUZA CORREA, SIMONE FRANCISCO DOS SANTOS, SOLANGE DA SILVA DE SOUZA, SOLANGE HACHMANN DA CUNHA, SOLANGE OLIZAROSKI, TATIANE BARBOSA DE LIMA, TATIANE DIUBATE LIBANEO, TATIELE DE JESUS FERNANDES, TEREZINHA CANDIDO SOBRAL AMADUCCI, TIAGO PASSAFARO DA SILVA, VANDERLEI APARECIDO NOUGUEIRA, VANESSA MERIELLI PUSIPPE DAGOSTIM, VERA LUCIA PASLAUSKI HATAOKA, WANUZA NEVES DE SOUZA, WELLINGTON RAMOS DE CARVALHO, ZENILDA ARANAO PASSOS
DESPACHO N.º:-229/25
Trata-se de ADMISSÃO DE PESSOAL promovida pelo Município de Terra Roxa em decorrência do Concurso Público regulamentado pelo Edital n.º 279/2020, considerada legal, com determinação de registro pelo Acórdão n.º 2269/24-Segunda Câmara[1] (peça 87).
2. O Município de Terra Roxa, mediante petição n.º 640240/25 (peças 97-98), firmada pelo Prefeito Municipal, senhor Ivan Reis da Silva, junta ofício que tem como assunto "Informações quanto aos apontamentos do Processo nº 544019/24 – Admissão de Pessoal – Análise da 4ª Fase de Processo de Admissão do Tribunal de Constas do Estado do Paraná", além de cópias de outros documentos.
3. A Coordenadoria de Atos de Pessoal, mediante Despacho n.º 3458/25 (peça 99), subscrito pela Técnica de Controle Giselle Kuster da Costa Lopes, aponta que "a Petição foi juntada indevidamente aos autos, uma vez que trata de resposta à diligência solicitada no processo nº 544019/24". Assim, "por economia processual", sugere o seu desentranhamento e posterior juntada ao processo citado.
4. Defiro o desentranhamento da petição intermediária n.º 640240/25 (peças 97-98), com vistas à sua juntada aos autos referidos.
5. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências pertinentes. Após, eles deverão ali permanecer arquivados, em face do previsto no artigo 168, VII[2], do Regimento Interno do Tribunal.
6. Publique-se.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____

1. *ACORDAM*
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO, por unanimidade, em:
I) com fundamento no artigo 1º, IV, da Lei Complementar n.º 113/055, apreciar como legal e determinar o registro da Admissão de Pessoal em tela;
II) determinar6 ao Município de Terra Roxa que, nos futuros certames que promover, apresente os dados de todos os candidatos inscritos de acordo com o arquivo de homologação das inscrições, nos termos do artigo 10, § 2º, da Instrução Normativa n.º 142/2018.
Certificado o trânsito em julgado da decisão, a determinação deverá ser anotada pela Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, após o que, nos termos do artigo 398, § 1º, do Regimento Interno7, o processo estará encerrado, razão pela qual seus autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do mesmo normativo8.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI. Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.
5 Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:
6 O cumprimento da determinação deverá ser observado nos futuros processos de admissão da entidade, não constituindo óbice ao encerramento deste feito.
7 Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
8 Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
(...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
(...)
IV – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
2. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
(...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-268635/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA CLAUDINO CARRIJO, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 78/25
Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria de Revisão de Benefício Previdenciário nº 10.416 da Foz Previdência (peça 5), publicada no Diário Oficial do Município nº 5.195, de 3/4/2025 (peça 6), que concedeu revisão dos proventos recebidos pela senhora Maria Claudino Carrijo para inclusão do adicional de permanência.
Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução nº 18845/25 – COAP, peça 12) e do Ministério Público de Contas (Parecer nº 883/25 – 2PC, peça 14), que opinaram pela legalidade do ato, determino o registro da revisão de proventos em tela, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para as anotações pertinentes e à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 13 de outubro de 2025.
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Relator

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Sem publicações

Conselheira Substituta MURYEL HEY

PROCESSO N.º:-703354/24
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, HELENA DA ROCHA SOARES SILVA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 59/25
Aprecia-se, para fins de registro, o Decreto n° 18.617 de 21 de agosto de 2024, do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, publicado no Diário Oficial do Município de Cascavel, edição ordinária n° 3906 de 29 de agosto de 2024 (peça 11), que concedeu aposentadoria à servidora HELENA DA ROCHA SOARES SILVA, no cargo de Professora.
2. Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução n° 17812/2025 - COAP - peça 24) e do Ministério Público de Contas (Parecer nº 938/25 - 3PC - peça 27), consignando opinativos pela legalidade da inativação, determino o REGISTRO do ato de aposentadoria acima relacionado, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o seu correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme art. 398, § 1º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, em face do previsto no art. 168, inc. VII da mesma norma.
4. Publique-se.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-420216/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO:-ARNO OSMAR ZUSE, BRUNO ALEXANDRE MARAN, CEZAR BURON, CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI, G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, GUILHERME BAERE, LINDOLFO MARTINS RUI, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
PROCURADOR:-BIANCA GUIOMAR COMIRAN, EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL, GUSTAVO BATISTA DE SOUZA, JANSLEY GALEANO, JOAO PAULO CAVALHEIRO PIVA, PAMELA CRISTINA CAVALHEIRO PIVA ZAGO, PAMELA THAIS ESCHER, RAFAEL SAVARIS GHELLERE
DESPACHO N.º:-127/25
Em resposta ao questionamento apresentado pela Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) por meio do Despacho n.º 842/25 – CMEX (peça 502), entende-se que, em relação às decisões emitidas nestes autos, não há nomes a serem incluídos na Relação de Agentes Públicos com Contas Julgadas Irregulares de que tratam os artigos 515 a 517 do Regimento Interno.
Fundamenta-se o posicionamento no fato de que o Acórdão n.º 1556/25 – STP (peça 489) deu provimento ao Recurso de Revista interposto por Bruno Alexandre Maran para reformar os termos do Acórdão n.º 1084/24 – S1C (peça 386), julgando-se regulares com ressalva as contas tomadas em relação a esse agente público inicialmente sancionado e afastando-se as penalidades anteriormente aplicadas.
Já em relação ao outro agente público ao qual foi aplicada multa administrativa, sr.

Edinei Valdir Moresco Gasparini, observa-se que não obstante o Acórdão n.º 1556/25 – STP não tenha afastado a sanção imposta, entende-se que a penalidade não tem o condão de tornar as contas irregulares.
Retornem os autos à CMEX para continuidade da execução do Acórdão n.º 1084/24 – S1C (nos termos revisados pelo Acórdão n.º 1556/25 – STP).
Publique-se.
Curitiba, 1 de outubro de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-131608/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
INTERESSADO:-ADENILTON DOS SANTOS, ALEX ANTONIO DA SILVA, ALYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, AMANDA SANTIAGO DA ROCHA, ANA EMANUELLE UTIDA DE MIRANDA, ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS TAMAIS, ANTONIO IVAN PANHAN MANCONI, BEATRIZ SILVA DE ARAUJO DURAES, BRUNO APARECIDO DOS SANTOS RIBEIRO, CHARLES ALVES MOREIRA LIMA, CLEITON ADRIANO ROSA MACHADO, DAYANE DOMINGOS FERREIRA, EMANOELY DE SOUZA CASTRO, FERNANDO NIERENGARTEN, GABRIELE CRISTINA RIBEIRO, GULTIERREZ GOMES PEDROSO, JENIFER LUANA PEREIRA MODESTO, JOAO CARLOS PULCINELLI, JOAO PAULO MONTEIRO, JOSE MARCELO GALDINO, JOYCE DE MELLO CAGALE, JULIANA TAIS DA SILVA MARCOMINI, KATIA PEREIRA DA SILVA, LEONEL APARECIDO DOS SANTOS, LUIS PAULO BRATZ, MARCELO PIRES MACHADO, MARIA EDUARDA PORCINELLI, MARILZA ANDRELINA BASTOS, MATHEUS PEROLE DE OLIVEIRA, MILLER HENRIQUE DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, NATALIA APARECIDA DA SILVA, OSWALDO AFONSO MARTINS ROCKENBACH, PATRICK DANIEL DA SILVA, PAULA GRAZIELA COELHO BARBOSA, RAFAEL ABNER SEVERINO, RAFAELLA MORAES STREICHER ABRASCIO, REBECA BUENO DE CAMARGO, SANDRO BERNARDES PINHEIRO, SILAS MACEDO DE ARAUJO, VINICIUS BROCAL MOREIRA, VITORUGO SERGIO ESCARABER SELPA, WELLINTON SELESTINO DA SILVA
PROCURADOR:-GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI
DESPACHO N.º:-132/25
Tendo em vista o pedido de prorrogação de prazo formulado à peça 163, concedo novo prazo de 15 (quinze) dias ao requerente em derradeira oportunidade de manifestação acerca do atraso de quase 1 ano no envio da fase 4 (de 30/01/2024 a 10/02/2025 sem encaminhamento) o que somado ao atraso no envio da fase 3 (de 14/08/2023 a 02/07/2024), implica em mora significativa no atendimento das disposições da IN 142/2018 desta Corte e enseja a aplicação da multa prevista no art. 87, II, "a" da Lei Orgânica deste Tribunal[1].
2. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para controle de prazo e providências posteriores.
3. Publique-se.
Curitiba, 9 de outubro de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

_____
1. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014) II - No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014) a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaindo esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso; a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em lei ou ato normativo do Tribunal de Contas, recaindo esta na pessoa do agente público responsável ou diretor de instituto previdenciário, quando for o caso;

PROCESSO N.º:-243438/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO PARANAPANEMA- CISVAP
INTERESSADO:-BRUNO VIEIRA LUVISOTTO, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
DESPACHO N.º:-133/25
Trata-se da prestação de contas anual do CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO PARANAPANEMA- CISVAP, relativa ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Contas, por meio da Instrução n.º 1057/25 - CCONTAS (peça 6), concluiu que, no estado em que se encontravam no processo, as questões analisadas com base no escopo definido pela Instrução Normativa n.º 189/2024 ensejavam julgamento pela irregularidade das contas.
Ademais, assinalou que as referidas ocorrências sujeitam o responsável à aplicação de multa, nos termos da legislação referenciada em cada um dos itens apontados na Parte IV daquela instrução.
Via Despacho n.º 180/25 - CCONTAS (peça 7) foi oportunizado o exercício do direito ao contraditório, o responsável procurou sanar as anomalias apontadas, razão pela qual retornaram as contas para exame.
Sendo assim, em análise conclusiva a Coordenadoria de Contas (CCONTAS), mediante Instrução n.º 1543/25 - CCONTAS (peça 16), opinou pela irregularidade das contas cabendo aplicação de multa.
O Ministério Público de Contas, mediante Parecer n.º 921/25 - 3PC (peça 17), corrobora com o opinativo da Unidade Técnica pela irregularidade das contas com possibilidade de aplicação de multa.
A irregularidade apontada se refere ao resultado orçamentário/financeiro em agrupamentos de fontes de recursos, conforme a origem.
Nessa via, por força do princípio do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, determino a intimação do responsável indicado abaixo, para que, querendo, apresente todos os documentos e manifestações acerca das ocorrências listadas na Instrução n.º 1543/25 - CCONTAS (peça 16), no prazo de 15 (quinze) dias:
- NOME: BRUNO VIEIRA LUVISOTTO CPF: 054.xxx.119-09
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para controle de prazo e providências pertinentes.
Havendo manifestação do responsável, retornem-se os autos à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para análise conclusiva. Após, ao Ministério Público de Contas (MPC) para manifestação.
Caso ocorra o decurso do prazo sem exercício do contraditório, retornem os autos a este Gabinete.
Publique-se.
Curitiba, 10 de outubro de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações



Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

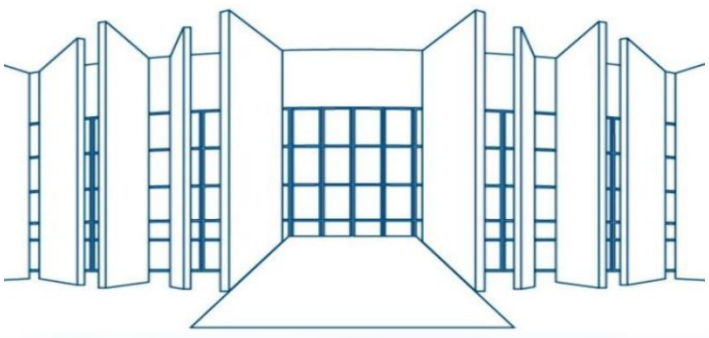
Sem publicações



Sem publicações



Sem publicações



TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5197/2025
Processo Nº: 653997/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:08:29
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, NEUSA MARGARETH SANTOS DA SILVA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5198/2025
Processo Nº: 830913/23
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:14:07
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
Interessado: EDILSON GARCIA KALAT, EURIDES MORO, GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, OLGA MARGARIDA, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS, TATIANA MAIA VIEIRA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5199/2025
Processo Nº: 808555/24
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:20:01
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA
Interessado: EDILSON GARCIA KALAT, EURIDES MORO, GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUARATUBA, RICARDO APPEL LAFFITTE, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5200/2025
Processo Nº: 703431/23
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:27:06
Assunto: PENSÃO
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JOSEFA GARCIA SIMOES SANTOS, MANOEL FLORES DOS SANTOS, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5201/2025
Processo Nº: 654039/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:28:36
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM ALVES PEREIRA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5202/2025
Processo Nº: 748338/23
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:34:43
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ANTONINA
Interessado: ADRIANE MACIEL DOS SANTOS, AFONSO CAGNI MOREIRA, ALESSANDRA PINHEIRO FERREIRA, ANGELA MARIA DO ROCIO GREIN, BARBARA RODRIGUES FELIX, CAMILA CRISTINA TEIXEIRA ALVES, CAROLINA CECYN ALVES DE PAULA, CAROLINE MAIA DA ROSA, DAIANE CRISTINA PEREIRA DE SOUZA, DANIELE DA SILVA MAIA E OUTROS.
Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5203/2025
Processo Nº: 463063/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 13:54:22
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, DALTO FERREIRA DA SILVA, ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES, LUCAS PAULINO DA SILVA, MARCELO DAMBROS, NICKOLAS BASSO STERNHEIM, PAULO CELSO TEIXEIRA MARINI, RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, WILSON BLEY LIPSKI
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5204/2025
Processo Nº: 654691/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 13:59:19
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
Interessado: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5205/2025
Processo Nº: 654764/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 14:07:17
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA, ENGEMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5206/2025
Processo Nº: 443450/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 15:38:43
Assunto: ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 522 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5207/2025
Processo Nº: 655728/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 16:20:19
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
Interessado: DENILSON BAITALA, ELIZANGELA MARA DA SILVA HAUAGGE, SOLANGE TERESINHA SCARPIN BARRETO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5192/2025
Processo Nº: 653717/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 09:28:39
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, SANTINA APARECIDA FRANCO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5193/2025
Processo Nº: 653083/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 09:39:19
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Entidade: MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
Interessado: EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, MUNICIPIO DE CLEVELANDIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5194/2025
Processo Nº: 653784/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 09:50:28
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: IVONE PERPETUO DA SILVA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5195/2025
Processo Nº: 653911/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 09:55:03
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, ONDINA FRANCEZ SCHWARTZ HAUPTZ, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº5196/2025
Processo Nº: 653962/25
Data e hora da distribuição: 13/10/2025 10:00:37
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: DORALINA GAYARDO, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-528327/25
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA
INTERESSADO-VALDAIR APARECIDO PALLA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3544/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19563/25 - COAP peça nº 40:
- CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-260730/18
ORIGEM-URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A
INTERESSADO-OGENY PEDRO MAIA NETO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3545/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19550/25 - COAP peça nº 56:
- URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S/A – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-304860/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
INTERESSADO-ADILA THAIS DA SILVA, ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS, APARECIDA AGLAENE DOS SANTOS, BEATRIZ CRISTINA MIQUELETTI, BRENDA GABRIELA CAVAGNINI DOS SANTOS, CAMILA MARY NAKAYAMA, DOUGLAS DE ROSIS MALDOTTI, EDSON PALOTTA NETTO, EDUARA ROLDAN DA SILVA RUBIRA, MARCIA CRISTINA SANTOS DA SILVA, MARINA DE ALMEIDA SIMARDI, NAGILA DO NASCIMENTO GUARI, NYCOLE MYCAELE CORREIA SANTOS FERNANDES, PATRICIA CRISTIANE FERREIRA DE ROSIS MALDOTTI, PEDRO HENRIQUE GARCIA MOENNICH, TAINA BARBOSA DE PAULA, THAIS GERALDO DE LIMA, VANIA OLIVEIRA MUNHOZ, VIVIANE DOS SANTOS ALVES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3546/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19372/25 - COAP peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE SANTA FÉ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-422927/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELIZABETE VIEIRA DE LARA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCOS MIGUEL MARTINS PINTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3547/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20023/25 - COAP peça nº 16:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-755842/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IBEMA
INTERESSADO-ADRIANA NASCIMENTO DE ATAIDE, ANA PAULA KLEIN, BERNARDO FERREIRA FILHO, DIEISIELI TATIANE GASPAR, MARIA ZENI JAGAS, MICHELE APARECIDA AMANN, THEO FERNANDO BONFIM DA LUZ, VALDIANE DOS SANTOS, VIVIANE COMIRAN, ZENILDE DOS REIS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3548/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE IBEMA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20038/25 - COAP peça nº 9:
- MUNICÍPIO DE IBEMA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-331620/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IBEMA
INTERESSADO-ANDRIELI GARDASZ DOMINGUES, ELIZIANE CARNEIRO COSTA, LARISSA DALLELASTE BORILLI, ROSANE D APARECIDA DE MATOS, SELMA APARECIDA DOS SANTOS, VANESSA MORELLI, VIVIANE COMIRAN, VIVIANI NUNES DA SILVA, WILLIAN SCANDOLARA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3549/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE IBEMA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20057/25 - COAP peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE IBEMA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-160376/21
ORIGEM-PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO-CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, ELIZETTE CARMEM FERRI KAVALEK
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3550/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19904/25 - COAP peça nº 17: - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-160961/21
ORIGEM-PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO-CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, SALETE GREGORIO SENTIER FARIAS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3551/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19913/25 - COAP peça nº 17: - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-156891/21
ORIGEM-PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO-CHANA CRISTINA ZUCONELLI, CLEBER FONTANA, NEUZA MARIA OSS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3552/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19915/25 - COAP peça nº 18: - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-422862/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELIZABETE VIEIRA DE LARA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCOS MIGUEL MARTINS PINTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3553/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20270/25 - COAP peça nº 16: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-422188/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ALCIDES DE OLIVEIRA, APARECIDA IZABEL DE OLIVEIRA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3554/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20271/25 - COAP peça nº 16: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-288180/25
ORIGEM-MUNICIPIO DE ASSAI
INTERESSADO-JULIA KIMIE MURAO UTSUNOMIYA, MARIO KAZUO UTSUNOMIYA, MICHEL ANGELO BOMTEMPO, NILSE SHINOHATA MENEGAZZO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3555/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICIPIO DE ASSAI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20273/25 - COAP peça nº 13: - MUNICIPIO DE ASSAI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-114468/25
ORIGEM-MUNICIPIO DE ASSAI
INTERESSADO-HELENA MARIA MARTINS, MICHEL ANGELO BOMTEMPO, NILSE SHINOHATA MENEGAZZO, VICENTE MARTINS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3556/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICIPIO DE ASSAI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20277/25 - COAP peça nº 13: - MUNICIPIO DE ASSAI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-420096/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOAO NOGUEIRA DE LIMA, LUIZA TABORDA DE LIMA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3557/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20286/25 - COAP peça nº 14: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-93920/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
INTERESSADO-APARECIDA DOS SANTOS DA ROCHA, FABIO DE OLIVEIRA DALECIO, GERALDO DIAS DA ROCHA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3558/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20288/25 - COAP peça nº 12: - MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-769916/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
INTERESSADO-FABIO DE OLIVEIRA DALECIO, JACI COELHO ALVES, JOAO MARCOLINO ALVES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3559/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20294/25 - COAP peça nº 12: - MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-420053/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ADELIA DILECTA VRENA, ANGELO MANOEL DE CARVALHO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3560/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 20298/25 - COAP peça nº 14: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-501718/21
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PRUDENTÓPOLIS
INTERESSADO-LUCIANO ROIK, MAIRA HELENA FALKOSKI, MOACIR LOPES DE ANDRADE, NADIA LACHOVICZ, OSNEI STADLER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3561/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 19872/25 - COAP peça nº 34: - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PRUDENTÓPOLIS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-406905/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-AIRTON REGINALDO, BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, LEANDRO BARBOSA REGINALDO, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3562/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 18154/25 - COAP peça nº 19: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-679115/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-CAIO RICARDO EICH, CARLA SCUDERI, CARLOS HENRIQUE GASPARINI, CIRIANA BRUNA WINCK, FRANCIELE CORTES DE MORAES, GLEYCIANE DE ANDRADE MENDES, KEZZYO MEDEIROS LACERDA, LARISSA TSUKUDA, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, LUAN FELIPE RAMOS RABELO, LUCAS PATRICK DE OLIVEIRA KARPSTEIN, MARIANA NOLETO ARRUDA, MAYARA LETICIA QUADRI, RAFAELA CRISTIANE ECKER PASSARELLO, RENATO DA SILVA, ROSILAINE FLAUZINA FERREIRA, ROSIMERI LIMA TOME, SAID MOUHANNA, SUZAN HARUHI MURAOKA, TALITA FERREIRA DE ALMEIDA, TATIANE SOARES GONCALVES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3563/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 1850/25 - COAP peça nº 10: - MUNICÍPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-46804/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALLAN HENRIQUE ZANELLA HANK, ANA EMILIA SANTOS DO AMARAL, CAMILA VERONICA STEFANOSKI, ELEANI APARECIDA DIAS, FABIANA ZULIAN, ITALO BELINI TORRES, LEANDRO SABINO DE OLIVEIRA, LENITA SANTOS DE MELO, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, PALOMA PEREIRA BALESTRIN, RENANN ZANATTA, RENATO DA SILVA, WESLEY EDER NEVES CARNEIRO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3564/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 1855/25 - COAP peça nº 10: - MUNICÍPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-285668/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
INTERESSADO-ALEXANDRE SOUZA FRANCO, ALMIRES BERTI JUNIOR, ANA BEATRIZ DADALTO NEVES GARCIA, ANA PAULA DA SILVA, ANA PAULA GOMES DA SILVA, CARLOS ALBERTO VIZZOTTO, CAROLINE GARCIA, CATARINA ABEGGE NAPOLI, CRISLAINE DA CRUZ COLOMBO, DORIVAL DE SOUZA, ELIZA SOUZA DE LIMA, EVELIN TANIKAWA DE OLIVEIRA, EVELISE GEA MAIO, GABRIELY QUEIROS DOS SANTOS, HELIO PAULINO ALVES, IARA CARDOSO BAYER, JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA, JOABE BATISTA TIAGO, JONNAS GABRIEL LEITE, LUCILENE SAYURI ONO, MATEUS COMINE MENDES FERREIRA, MATHEUS ADRIANO DA SILVA, MATHEUS AUGUSTO DUBIELA, PAMELA JORDANA CAMARGO DE OLIVEIRA, PATRICIA SIMOES DE OLIVEIRA LIMA, PAULO CESAR COSTA DE LIMA, PAULO DE SOUZA LUIZ, RAQUEL TAVEIRA RODRIGUES, RAYLANA DOMINGUES BICHERI SUK, RENAN DE SOUZA SANTOS, RODRIGO MARCELO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3565/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 2171/25 - COAP peça nº 9: - MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-765430/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
INTERESSADO-CARLOS ALBERTO VIZZOTTO, CAROLINA KUNTZER SCHEMBERGER, CRISTIANA DA SILVA CRUZ FERNANDES, DARIO MORO MACIEL, ELIZAMA FIGUEIREDO DA SILVA, FELIPE MANGOLIN BARBOSA, GRAZIELE IGUACU FERREIRA, LARYSSA RAFAELY BARBERO, LINDOMAR FERREIRA DA SILVA, MARCIO FERNANDO DA SILVA, MARCO ANTONIO SANTOS DA SILVA, NATHALIA FERNANDA SOUZA PEREIRA, NAYARA CRISTHINE DOS SANTOS FERREIRA, PEDRO LUIZ FERREIRA MARCHETTI, RODRIGO TONELLO CHARAMITARO, ROSELI MARIA DE JESUS MARCHI, SARA BATISTA PICAO, TELMA MARA LOLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-3566/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a)

MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 2190/25 - COAP peça nº 8:
- MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 13 de outubro de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

Sem publicações

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-598120/25
ENTIDADE:-FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
INTERESSADO:-FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4344/25
Trata-se de Requerimento Externo protocolado pela Fundação de Atenção à Saúde de Morretes por meio do qual solicita a abertura extraordinária do SIM-AM a partir de dezembro de 2024, para correção de lançamentos contábeis.
A Coordenadoria de Contas, por meio da Instrução nº 1497/25 (peça 4), constatou que a prestação de contas anual já foi autuada (autos nº 271903/25) e se encontra em fase de contraditório, o que inviabiliza alterações nos dados enviados, motivo pelo qual opina pelo indeferimento da reabertura da remessa do SIM-AM referente ao mês de dezembro/2024.
Por outro lado, entendeu pela possibilidade de reabertura das remessas do exercício de 2025, uma vez que ainda não compõem processo de prestação de contas anual.
Ato contínuo, a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização, por meio da Informação nº 235/25 (peça 5), quanto à reabertura de remessas do exercício de 2024, considerando que haveria a necessidade de cancelar a análise da prestação de contas anual da entidade, corrobora com o entendimento da Coordenadoria de Contas
No tocante aos dados relativos ao exercício de 2025, a unidade destacou que, em razão da natureza jurídica da Fundação – entidade estatal não dependente – eventuais ajustes e retificações nos dados podem ser promovidos diretamente pela entidade, uma vez que são consolidados apenas no final de tal exercício.
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, através do Despacho n° 1186/25, ratificou integralmente a manifestação da Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização, recomendando o indeferimento da demanda.
Ante o exposto, pelas razões expostas, acolho o opinativo das unidades técnicas pelo indeferimento da reabertura da remessa de dados referentes ao exercício de 2024, deixando de me manifestar acerca dos dados de 2025 posto que, segundo apontado pela Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização, a própria entidade pode promover os ajustes e retificações necessárias.
Diante disso, sigam os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII, do Regimento Interno deste Tribunal, e posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 7 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-657492/24
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4400/25
Trata-se de Requerimento Externo protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (peça 2), por meio do qual solicitou a este Tribunal o envio de informações para subsidiar a defesa do Estado nos autos da Ação nº 0007894-57.2024.8.16.0004, movida por Joélcio Luiz Kloss, que pretendia a declaração de nulidade do ato que o exonerou de cargo de provimento em comissão neste Tribunal, bem como a indenização correspondente ao período em que ficou afastado.
A Diretoria Jurídica, por meio da Informação nº 522/25 relata que, desde então, os autos permaneceram acautelados no arquivo daquela unidade técnica, para fins de acompanhamento da demanda judicial, já tendo sido elaboradas diversas informações dando conta das movimentações processuais mais relevantes.
Após consulta ao Sistema Projudi, a referida diretoria verificou que foi proferida a sentença de homologação do pedido de desistência da ação, formulado pela parte autora, que, uma vez intimada de seu teor, renunciou ao prazo recursal.
Assim, não obstante a ausência de certificação de trânsito em julgado, concluiu que a sentença de homologação da desistência tornou-se definitiva, pendendo, tão somente, o cumprimento das obrigações referentes ao ônus de sucumbência pelo autor-desistente.
Pelo exposto, a Diretoria Jurídica encaminhou os autos a está presidência para ciência, sugerindo o encerramento do presente requerimento.
Ciente esta Presidência acerca do teor do presente processo, acolho o opinativo da unidade técnica para o fim de determinar o encaminhamento à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 10 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-627864/25
ENTIDADE:-ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV
INTERESSADO:-ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4426/25
Retornam os autos com os Despachos nº 3408/25-COAP e nº 28/25-EGP (peças 4 e 5), por meio dos quais a Coordenadora da Coordenadoria de Atos de Pessoal e o Diretor da Escola de Gestão Pública, respectivamente, manifestam-se favoravelmente em relação ao requerido pela Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias Municipais.
Assim, autorizadas as participações, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7.º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 10 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-652850/25
ENTIDADE:-MARCOS VINÍCIUS HENRIQUE
INTERESSADO:-MARCOS VINÍCIUS HENRIQUE
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-4430/25

Trata-se de Pedido de Acesso à Informação protocolado por Marcos Vinicius Henrique mediante o qual requer cópia do processo nº 134643/24.
Autorizo o acesso pelo requerente ao referido processo, o qual já se encontra encerrado.
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1].
Após, sigam à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos autos nº 134643/24, assim como para envio de resposta ao solicitante, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[2] da Instrução de Serviço nº 115/2017, e, em seguida, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 13 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__2__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-610902/25
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUATRO BARRAS
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUATRO BARRAS
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4431/25

Retornam os autos com o Despacho nº 1157/25 (peça 4) por meio do qual a Coordenadoria-Geral de Fiscalização se manifesta em atenção ao requerimento formulado pela Promotoria de Justiça de Quatro Barras.
Outrossim, nos termos do Despacho nº 1803/25 (peça 5), o Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva autoriza o acesso pelo Parquet ao processo nº 563951/21.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos autos nº 563951/21, e, após, para envio de resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail quatrobarras.prom@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 13 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-647016/25
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-4432/25

Trata-se de requerimento formulado pelo Município de Cornélio Procópio para o fim de obtenção de Certidão acerca das exigências dispostas no inciso IV, itens “a” e “b”, do art. 21, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, na forma da redação dada pela Resolução nº 03/2002, com vistas à instrução de pedido de verificação da capacidade de endividamento, visando contratação de Operação de Crédito pelo Município.
Nos termos da Instrução nº 1607/25 (peça 8), a Coordenadoria de Contas observa que, em consulta aos registros deste Tribunal, “a entidade foi atendida pela internet em 09/10/2025, com base no art. 4º da Instrução Normativa nº 164/2021, recebendo a Certidão pleiteada automaticamente (Certidão nº 315/2025), com validade até 08/12/2025 (cópia em anexo)”.
Por tal razão, manifesta-se pelo encerramento do presente processo por perda de objeto, tendo em vista que a Certidão requerida já se encontra disponível para emissão online pelo interessado, no site da internet deste Tribunal.
Diante do exposto, determino o encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 13 de outubro de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 921/25

O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 29/2025. Processo originário: 53257-0/25. Contratada: TERMSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e operação dos Sistemas de ArCondicionado dos edifícios Sede e Anexo, bem como fornecimento de peças quando necessário, com as características técnicas a seguir especificadas, com vigência de 6 (seis) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei n° 14.133/2021, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Valor: R$ 353.400,00 (trezentos e cinquenta e três mil e quatrocentos reais). Vigência: de 25/09/2025 a 25/03/2025.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria Administrativa	-
Gestor	Titular da Diretoria Administrativa	-
Fiscal	Filipe Diogenes de Quadros	52.626-6
Fiscal Substituto	Dalton Emir Pereira	52.640-1

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 13 de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 922/25

O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea “b”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 600423/25, do Gabinete da Corregedoria-Geral, resolve
CONCEDER
a partir de 11 de setembro de 2025, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, aos servidores abaixo nominados, a percepção da gratificação pelo exercício de encargos especiais, prevista no artigo 3º, inciso III, alínea “a”, da Lei Estadual nº 17.423/12, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8.863, de 20 de dezembro de 2012, pelos trabalhos a serem realizados em regime de mutirão, junto à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Servidor	Matrícula	Cargo
GUSTAVO LUIZ VON BAHTEN	51.764-0	Auditor de Controle Externo
CLAUDIA MARIA DERVICHE	50.367-3	Auditor de Controle Externo
ANDRESSA EKERMANN DE CRISTO SILVESTRIN	51.833-6	Auditor de Controle Externo
JORDANA HUPSEL REGO LIMA	52.181-7	Auditor de Controle Externo

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 13 de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 923/25

O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c o disposto no artigo 16, incisos XL e XLVI, alínea “b”, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 559237/25, do Gabinete Conselheiro José Maurício de Andrade Neto, resolve
CONCEDER
a partir de 21 de agosto de 2025, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, aos servidores abaixo nominados, a percepção da gratificação pelo exercício de encargos especiais, prevista no artigo 3º, inciso III, alínea “a”, da Lei Estadual nº 17.423/12, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8.863, de 20 de dezembro de 2012, pelos trabalhos a serem realizados em regime de mutirão, junto à Comissão Permanente de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação.

Servidor	Matrícula	Cargo
EDUARDO OSVALDO BEZ FERRARI	51.888-3	Auditor de Controle Externo
MARCELO COSTA MULLER	51.657-0	Auditor de Controle Externo
PATRICIA MENDES BOTTAMEDI	52.231-7	Auditor de Controle Externo
ADRIANA DO ROCIO LORO	50.700-8	Auditor de Controle Externo

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 13 de outubro de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente



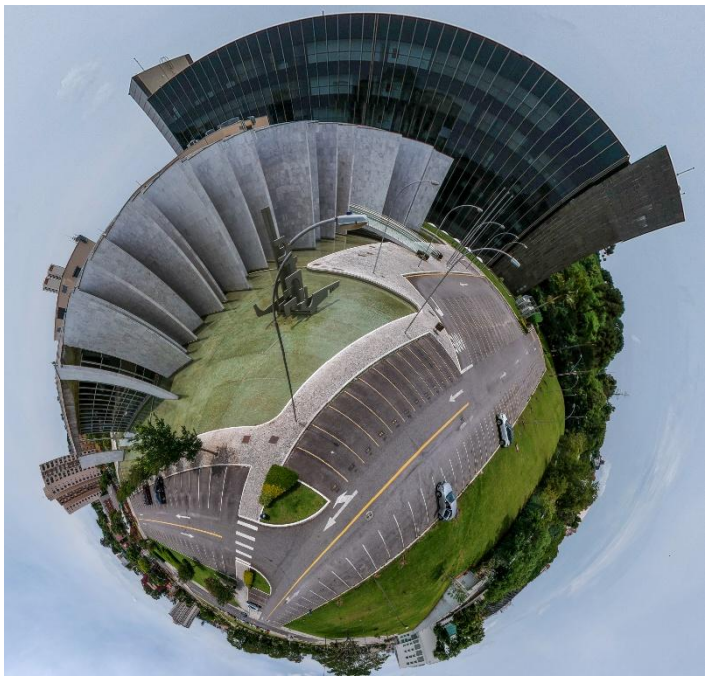
TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL Nº 35/2024.

PARTÍCIPES:
A) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ;
B) TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.
C) ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON;
D) INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB).
PROCESSO Nº: 3355-3/25.
OBJETO: Aperfeiçoamento das atividades finalísticas dos Tribunais de Contas do país, mediante cessão do sistema de quantificação de benefícios do TCMRio.
VALOR: A execução objeto deste ajuste não implicará repasse financeiro aos convenentes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de 2025.











COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Danielle de Mello e Silva

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Carlos Eduardo de Moura

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Medidas Executórias – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno